



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
15 e 16/06/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Estudo do Banco Mundial mostra Brasil burocrático, mas com boas – DIÁRIO DO TURISMO – São Paulo – 15/06/2021
3. Conta de luz vai subir de novo, com reajuste de mais de 20% da bandeira tarifária – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 15/06/2021
4. Bares e restaurantes do RN devem judicializar perdas na pandemia – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 15/06/2021
5. “Lazer com Responsabilidade” orienta bares e restaurantes – DeFato.com – Rio Grande do Norte – 11/06/2021
6. Deputados farão ajustes no pedido de instalação da CPI – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 16/06/2021
7. Energia pode subir acima dos 20% – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 16/06/2021
8. RN terá mais vacinas contra covid-19 – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 16/06/2021
9. Natal amplia vacinação de professores – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 16/06/2021
10. Partidos retomam diálogo por alternativa de centro - ESTADÃO - 16/06/2021
11. Inclusão de categorias como carreiras de Estado ameaça reforma administrativa - ESTADÃO - 16/06/2021
12. Alta do PIB afasta colapso na dívida - ESTADÃO - 16/06/2021

13. Energia deve ter reajuste acima de 20% - ESTADÃO - 16/06/2021
14. Em cada Estado, um entrave diferente - ESTADÃO - 16/06/2021
15. Com aporte de R\$ 2 bi, Ebanx mira aquisições - ESTADÃO - 16/06/2021
16. Relator inclui nepotismo como ato de improbidade, com prescrição em 8 anos - FOLHA - 16/06/2021
17. Energia cara põe pressão no Copom por aperto maior nos juros - FOLHA - 16/06/2021
18. Conta de luz deve subir com reajuste acima de 20% na bandeira vermelha - FOLHA - 16/06/2021
19. Governo avalia dar verba para órfãos da Covid - FOLHA - 16/06/2021
20. SP, Minas e Roraima lideram ranking de ambientes de negócios - FOLHA - 16/06/2021
21. Fintechs financiam painel solar via economia na conta de luz - FOLHA - 16/06/2021
22. GRÁFICOS

RELATÓRIO

Ainda em meio a pandemia, é chegada a hora de economizar a energia, que deve sofrer um novo reajuste. André Pepitone, diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), disse nesta terça-feira (15/06) que a bandeira vermelha, a mais cara cobrada sobre a conta de luz, deverá subir mais de 20%. Em meio ao baixo nível dos reservatórios de água, usinas termelétricas são acionadas, e isso afeta o consumidor via bandeira tarifária cobrada sobre a conta de luz. Em junho, já está vigente a vermelha nível 2, a mais cara, que cobra R\$ 6,24 para cada 100 kWh consumidos. Ao mesmo tempo em que faz os cálculos do aumento da energia, o governo avalia dar verba para os órfãos da Covid. Crianças e adolescentes que perderam pais ou responsáveis para a doença poderão ter benefícios de até R\$ 250 ao mês.

O Banco Mundial divulgou informações novas sobre o ambiente de negócios no Brasil. São Paulo, Minas Gerais e Roraima lideram o ranking. O relatório Doing Business Subnacional Brasil, faz uma análise de regulamentação das atividades de pequenos e médios negócios, nas áreas de abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, registro de propriedades, pagamento de impostos e execução de contratos. Na classificação geral, o Rio Grande do Norte está na zona de rebaixamento. É apenas o 21º entre os 26 estados e o Distrito Federal. No quesito abertura de empresas, o RN sobe para a 16ª posição. Em 'pagamento de impostos', o estado ganha mais algumas posições: 10º, com 34,2, empatado com Tocantins, Maranhão, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em resumo, o relatório informa que é mais fácil abrir uma empresa no Pará, obter alvarás de construção em Roraima, registrar uma transferência imobiliária em São Paulo, pagar impostos no Espírito Santo e resolver uma disputa comercial em Sergipe.

Em Brasília, a comissão especial formada na Câmara dá nesta quarta-feira (16/06) o pontapé inicial na discussão da reforma administrativa, em reunião cercada de forte pressão para definir a lista das categorias de Estado no texto da Constituição. O crescimento desse movimento é uma das preocupações do relator do projeto, deputado Arthur Maia (DEM/BA). Ao jornal ESTADÃO, o parlamentar disse que, se o Congresso for discutir na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que carreira é ou não de Estado, há um grave risco de a reforma empacar e a sua aprovação ser inviabilizada este ano. No âmbito político, dirigentes de partidos do centro decidiram retomar as conversas sobre uma eventual aliança na disputa presidencial do ano que vem após a polarização entre Lula e Bolsonaro. Pela primeira vez, desde o início da pandemia dirigentes partidários vão se reunir presencialmente num almoço em Brasília. Sem um nome natural, as legendas já não consideram nas discussões alternativas como o empresário e apresentador Luciano Huck ou o ex-juiz federal Sérgio Moro. Ideia do ex-ministro Luiz Henrique Mandetta, foram convidados para o almoço os presidentes do MDB, PSDB, PDT, Novo, Podemos, PV, Cidadania, Solidariedade e PSL.

Link	https://diariodoturismo.com.br/estudo-do-banco-mundial-mostra-brasil-burocratico-mas-com-boas-praticas/
------	---

Estudo do Banco Mundial mostra Brasil burocrático, mas com boas práticas

O ambiente de negócios no Brasil é mais burocrático que o das economias da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que o de seus pares no Brics, mas é possível avançar olhando para dentro.

É o que mostra o estudo Doing Business Subnacional Brasil 2021, produzido pelo Banco Mundial, com apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Sebrae e Febraban. O relatório foi apresentado nesta terça-feira (15), em evento online.

O levantamento mede a regulamentação das atividades de pequenas e médias empresas nacionais em cinco áreas: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, registro de propriedades, pagamento de impostos e execução de contratos. O estudo apontou que os processos brasileiros ocorrem de forma complexa e demorada. As principais causas dessas dificuldades incluem os níveis insuficientes de coordenação entre órgãos e agências e uma implementação desigual e fragmentada das iniciativas de reformas.

Há, no entanto, exemplos de boas práticas em todas as regiões brasileiras, que podem se replicadas para o país e fazer a curva de negócios ascender, com geração de empregos e renda. O relatório aponta as oportunidades de melhoria no Brasil e indica práticas que podem orientar iniciativas de reformas. Os estados que apresentaram melhor desempenho na facilidade de se fazer negócios foram São Paulo, Minas Gerais e Roraima.

Em busca de um capitalismo moderno

- Advertisement -

Publicidade

“Não podemos aceitar que um país com dimensões continentais como o Brasil possa ter um ambiente de negócios sem liberdade de agir, ousar, atuar sem entraves burocráticos. Por isso a CNC se engajou nessa iniciativa. Precisamos encontrar caminhos para um capitalismo moderno, um sistema dinâmico, com crescimento sustentável. Que em breve possamos estar comemorando a evolução de todas as regiões e do Brasil no ranking do Banco Mundial”, afirma o presidente da Confederação, José Roberto Tadros.

O estudo do Banco Mundial também destacou a alta carga tributária do país, em especial de impostos federais, mas mostra que os tributos municipais também são representativos e variáveis. O relatório aponta que as empresas brasileiras podem fazer até 12 pagamentos de tributos ao ano.

O evento de apresentação do estudo contou com a participação do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Onyx Lorenzoni; Carlos Melles, diretor-presidente do Sebrae; e Isaac Sidney, presidente da Febraban. O projeto foi realizado a pedido da Secretaria-Geral da Presidência da República e teve como objetivo fazer um diagnóstico para que o governo federal adote medidas para desburocratizar e atrair investimentos, alavancando o desenvolvimento econômico de estados e municípios.

**Conta de luz vai subir de novo, com reajuste de mais de 20% da bandeira tarifária – AGORA RN
– Rio Grande do Norte – 15/06/2021**

Link	https://agorarn.com.br/ultimas/conta-de-luz-vai-subir-de-novo-com-reajuste-de-mais-de-20-da-bandeira-tarifaria/
------	---

Conta de luz vai subir de novo, com reajuste de mais de 20% da bandeira tarifária

Uso de termelétricas pressiona tarifas. Custo maior de geração de energia já causa rombo de R\$ 1,5 bilhão

As contas de luz devem ficar mais caras neste ano, diante do pior crise hídrica na região das hidrelétricas dos últimos 91 anos e do acionamento de usinas termelétricas para garantir o fornecimento de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai aumentar os valores das bandeiras tarifárias, uma sobretaxa que é acionada quando o custo da geração de energia sobe.

O patamar mais alto desse sistema deve subir mais de 20%. A conta das bandeiras já registra um rombo de R\$ 1,5 bilhão neste ano.

Em entrevista ao GLOBO, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, disse que os valores ainda não foram definidos, mas a decisão será tomada nas próximas semanas.

A bandeira tarifária é um adicional para cobrir nas contas de luz para cobrir o custo da geração de energia por termelétricas, o que ocorre quando o nível dos reservatórios das hidrelétricas está muito baixo.

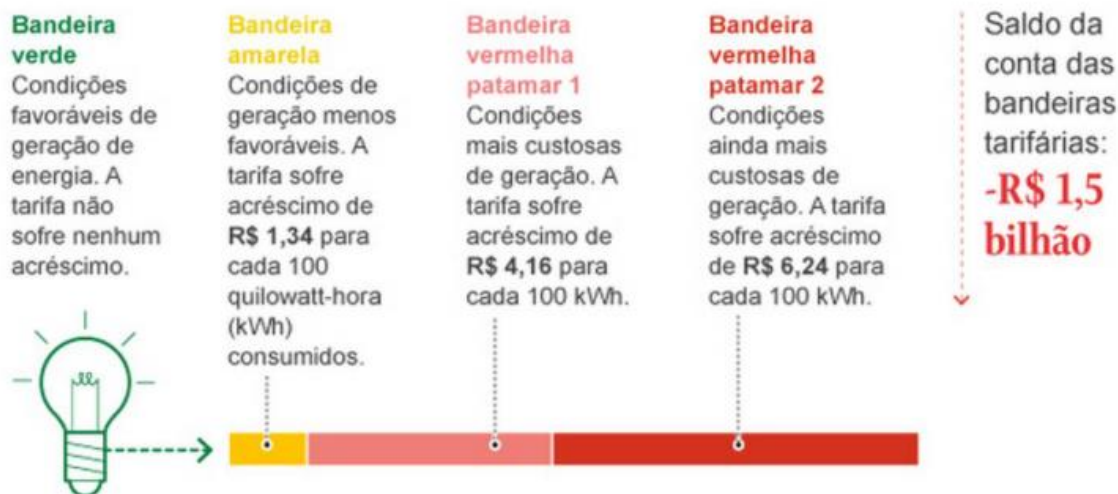
O mecanismo também serve para o consumidor ficar ciente do custo da geração de energia, ao dividir o sistema em três núcleos: verde, amarela e vermelha (que tem dois patamares). A previsão de analistas é manter a bandeira vermelha de 2 até novembro, quando tem início o período de chuvas.

– Como vamos estar com todas as térmicas funcionando, o que a agência está fazendo agora é definindo qual é o valor que vai ser estabelecido para cada patamar da bandeira. E, com certeza, vai ser maior que hoje. A bandeira vermelha patamar 2 hoje está em R \$ 6,24. Esse valor vai ser maior, porque o universo de térmicas que vai ser acionado agora é grande e vai funcionar até dezembro – disse Pepitone.

Será o primeiro reajuste nos valores das bandeiras desde 2019. Os valores foram coletados em 2020 e a bandeira verde foi acionada de junho a novembro.

– Nós sabemos que vamos ter que usar bastante térmica e, com isso, vai encarecer a tarifa. Porque tem que se pagar essas térmicas. Certamente os novos valores dessas bandeiras vão ser maiores que os praticados hoje. Nós estamos aplicando o modelo para estabelecer esses valores – afirmou o diretor.

Como funciona a cobrança



Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

O GLOBO

Em março, antes de a crise ficar clara, a Aneel abriu a consulta pública para reajustar as bandeiras e chegou a sugerir novos valores. Pepitone disse, por outro lado, que os números serão ainda maiores do que os sugeridos no início do ano.

Oportunidade perdida? ‘Brasil poderia ser líder mundial da transição’, diz pesquisador alemão Philipp Hause

Hoje, é pesquisa R \$ 1,34 a cada cem quilowatts-hora (kWh) consumidos na bandeira amarela; R \$ 4,16 na bandeira vermelha 1; e R \$ 6,24 na vermelha 2. A Aneel chegou a sugerir que a bandeira vermelha 2 subisse para R \$ 7,57, mas esse valor será ainda maior. Portanto, uma alta da bandeira vermelha será superior a 20%.

O diretor da Aneel negou a possibilidade de ser criada uma nova cor para as bandeiras, com cobrança acima da vermelha 2.

Consumo consciente

Neste ano, a conta das bandeiras já está com um rombo de R \$ 1,5 bilhão. Todo o dinheiro arrecadado com a sobretaxa vai para uma conta única, que repassa os valores para os geradores de energia. Mas o valor arrecadado a mais ainda não está dando conta de cobrir o custo adicional.

Os dados da Aneel vão até abril, quando era aplicada a bandeira amarela. Depois de abril, a geração por termelétricas aumentou e atingiu os registros. E também foi acionada a bandeira vermelha.

– A gente precisa corrigir o valor do patamar das bandeiras justamente para que não haja esse descasamento. Esses valores que estão sendo praticados hoje foram absorvidos lá atrás. O maior despacho térmico (uso de energia) neste ano encarece a conta. Então vou ter que atualizar esses valores para que a gente possa fazer frente aos custos. Isso significa dizer que vai subir o valor dos patamares – disse Pepitone.

A Aneel defende as bandeiras porque, sem ela, todo o custo extra seria repassado aos consumidores apenas no ano seguinte, com valores corrigidos. Ou seja, o consumidor acabava pagando juros, o que não ocorre com o acionamento das bandeiras tarifárias.

– Esse custo vai ser pago, não interessa quando. A bandeira permite que isso seja pago agora – disse Pepitone

Ele acrescenta:

– É um sinal claro para a população que estamos na pior crise hídrica dos últimos 91 anos, que não tem água, e que todo o parque térmico será utilizado. Isso tem um custo associado e esse custo será representado pelas bandeiras. O lado positivo disso é que o consumidor não paga a atualização desse valor no reajuste tarifário da distribuidora no próximo ano.

Pepitone afirmou ainda que a Aneel fará uma campanha para “uso consciente” de energia e de água:

– Nós estamos programando uma campanha de uso racional de água e energia. Isso já foi feito pela agência em 2015 e 2017.

Bares e restaurantes do RN devem judicializar perdas na pandemia – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 15/06/2021

Link	https://agoram.com.br/ultimas/bares-e-restaurantes-do-rn-devem-judicializar-perdas-na-pandemia/
------	---

Bares e restaurantes do RN devem judicializar perdas na pandemia

Em nota distribuída nesta segunda-feira, a Abrasel estadual afirmou que a medida foi motivada pelas graves e “comprováveis” perdas registradas neste período de pandemia, consequência direta das medidas restritivas. Presidente da entidade no RN, Paolo Passariello, estima que 200 empresários acionem governo do Estado e prefeituras

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) ingressou no final de semana com Ações Cíveis Públicas contra todos os estados da Federação e 270 municípios brasileiros exigindo reparação financeira ao setor de bares e restaurantes por prejuízos financeiros causados pelas medidas de isolamento social na pandemia.

Segundo o presidente Associação de Bares e Restaurantes no RN, Paolo Passariello, a medida abre porta para que os 200 donos desses estabelecimentos no estado filiados à entidade acionem no futuro o Governo do Estado e as prefeituras em ações individuais.

Em nota distribuída nesta segunda-feira, 14, a Abrasel afirmou que a medida foi motivada pelas graves e “comprováveis” perdas registradas neste período de pandemia, consequência direta das medidas restritivas.

A Ação Civil Pública é um tipo especial de ação jurídica prevista na legislação brasileira, destinada à proteção de direitos difusos e coletivos tanto por iniciativa do Estado quanto de associações com finalidades específicas.

“Nosso setor foi criminalizado e pagou uma conta desproporcional durante esse período. São mais de 300 mil estabelecimentos fechados em todo o Brasil e entre os que sobreviveram até aqui, a maioria está fazendo prejuízo (72%)”, diz Paolo Passariello.

Ainda de acordo com o presidente, o que está sendo discutido não é o mérito destas iniciativas – se foram lícitas ou não – nem mesmo associando as ações na Justiça a qualquer prefeito ou governador em específico, nem à qualidade de suas decisões.

Segundo Passariello, o passo seguinte será que cada estabelecimento ingresse com uma ação individual apresentando os cálculos de perdas comprováveis em função das medidas do poder público e pedindo a reparação correspondente.

“Não saberia dizer quanto isso representaria aqui no RN, já que caberá a cada estabelecimento calcular seus prejuízos durante o período de vigência dos decretos”, afirmou.

Advogados da área da Direito Comerciais ouvidos nesta segunda-feira pelo Agora RN foram unânimes em afirmar que se trata de uma causa muito difícil para os comerciantes.

“Eles terão que mostrar, a partir de um cruzamento de informações, que os decretos não eram necessários nas ocasiões em que ocorreram”, comentou uma das fontes.

Mesmo assim, afirmam os especialistas, como se trata de uma pandemia sobre a qual pouco se conhecia quando começou, em março do ano passado, será muito complicado atribuir ao Estado e municípios uma responsabilização objetiva.

Uma pesquisa realizada em abril último pelo Sebrae no RN aponta que 95% dos bares, restaurantes e similares de Natal registraram redução no faturamento mensal por causa da pandemia. Desses, ainda segundo o levantamento, 10% foram obrigados a fechar as portas.

Já dados do governo do estado indicaram que entre março do ano passado e março deste ano a queda do faturamento bruto diário das empresas foi de 30%, caindo de R\$ 4,8 milhões para R\$ 2,7 milhões em média no período.

Mais de 50% tiveram de demitir seus trabalhadores, e a maioria já declarou que não pretende recontratá-los depois da pandemia. O percentual das empresas que precisaram reduzir a jornada de trabalho ou os salários dos empregados foi 27,7%), enquanto as que suspenderam contratos foi de 24,8%. E decretaram férias coletivas 9,4%.

Link <https://defato.com/edicoes/2765/6088>

“Lazer com Responsabilidade” orienta bares e restaurantes

Depois de visitar mais de 100 estabelecimentos e conscientizar cerca de 5 mil pessoas em Natal, o “Lazer com Responsabilidade” chegou a Mossoró na noite de sexta-feira, 11, e se estenderá por mais quatro finais de semana percorrendo polos de lazer e entretenimento da cidade. A ação, realizada pela Fecomércio RN, em parceria com o Sindilojas Mossoró, Sebrae e com apoio de várias entidades do turismo, visa conscientizar consumidores, empreendedores e funcionários de bares e restaurantes com relação ao cumprimento dos protocolos de biossegurança e de prevenção à Covid-19.

O “Lazer com Responsabilidade” será realizado sempre às sextas-feiras, sábados e domingos e começou pela Praça de Convivência e Avenida João da Escóssia. Equipes treinadas pelo Sebrae e RN distribuem álcool 70%, máscaras e folheteria, com detalhes sobre as



Consumidores recebem orientação de fiscais

regras determinadas pelos decretos estadual e municipal. Além disso, é fixado um adesivo que comprova que o bar ou restaurante foi inserido na rota de conscientização e aprova o projeto.

“Nosso intuito é informar todos que frequentam estes estabelecimentos, seja o empresário, o funcionário ou o cliente, para o cumprimento das regras ditadas pelos decretos governamentais, para que esta reabertura que estamos vivendo agora perdure

e avance. Não gostaríamos de ver mais um retrocesso e um novo fechamento destes estabelecimentos, que já ficaram por muito tempo no sofrimento, sem faturar”, afirmou o presidente do Sindilojas Mossoró, Michelson Frota.

O Lazer com Responsabilidade conta com o apoio da Abrasel RN, SHRBS RN, ABIH RN, Natal Convention Bureau, Mossoró Convention Bureau, Sindetur RN, Abav RN, Abrajat, Ashtep e Abrasel Pipa.

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/deputados-fara-o-ajustes-no-pedido-de-instalaa-a-o-da-cpi/513134
------	---

Deputados farão ajustes no pedido de instalação da CPI

« ASSEMBLEIA » Entre os parlamentares, a informação mais recente é de que a mesa diretora vai receber até amanhã o pedido para instalar a Comissão

A bancada da oposição vai contrapor as alegações da bancada situacionista a fim de sustar o requerimento para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com a finalidade de investigar 12 contratos do governo do Estado durante a pandemia de coronavírus, de que existem erros formais no pedido de criação da CPI feito por dez deputados em 27 de maio à mesa diretora da Assembleia Legislativa do Rio Grande Norte. "Nós discordamos que esses erros formais comprometam o pedido de instalação da CPI, mas para que não haja dúvida, vamos protocolar um pedido de adequação do pedido inicial", avisou o deputado estadual Kelps Lima (Solidariedade).

Mas, nos bastidores da Assembleia, já se comenta que a CPI da Covid-19 vai ser recebida pela mesa diretora ainda esta semana – possivelmente amanhã (17), e só houve atraso na emissão do parecer, porque se aguardava a convalescença do procurador geral da Casa, Sérgio Freire, que havia sido acometido de Covid-19.



Kelps Lima disse que serão feitas adequações no pedido da CPI



O deputado Kelps Lima provocou os parlamentares da situação, na sessão ordinária híbrida de ontem, a respeito do pedido de arquivamento ou devolução de todo o dossiê de cinco volumes, além do requerimento de 68 páginas sobre a criação da CPI da Covid-19 entregue ao presidente da Assembleia, deputado estadual Ezequiel Ferreira: "Convoco os doze deputados que questionaram a formalidade, mas não questionaram o mérito, a assinarem o pedido de CPI".

Segundo Kelps Lima, um dos motivos alegados na contestação da bancada do governo, é de o pedido da CPI "não ter fato determinado", ou seja, "o objeto da investigação ser fraco, mas os deputados que assinaram a CPI concordam que os fatos descritos são graves e configuram a abertura da CPI".

Como tem tido em várias ocasiões, Lima reafirmou, no plenário da Assembleia, que a bancada do Solidariedade defende que "tem de haver a investigação, mas não pode ter pré-julgamento, não pode ser transformada em circo, não pode haver radicalização".

Para Kelps Lima, a CPI do Covid-19 será a mais importante

Vivaldo Costa defendeu adiamento na instalação da Comissão

da história da Assembleia Legislativa. "Essa CPI marcará a história desta Casa Legislativa, porque trata de vidas humanas, pessoas que tiveram seus sonhos de vida destruídos. Tenho plena convicção que essa CPI será aberta", continuou.

Finalmente, o deputado do Solidariedade contesta a argumentação da bancada governista de que a oposição quer transformar a CPI do Covid-19 em debate político pré-eleitoral. "Temos eleição de quatro em quatro anos, um ano é véspera de campanha e outro é de campanha, então todo ano se existir CPI, é véspera de campanha ou é ano de campanha, não tem nada disso".

Também signatário da CPI do Covid-19, o deputado José Dias (PSDB) confirmou antes do pronunciamento de Kelps Lima, que já na segunda-feira (14), os parlamentares de oposição discutiram os ajustes que deveriam ser acostados ao requerimento original para abertura das investigações.

"Nunca houve antes na história do Rio Grande do Norte uma transferência de recursos tão mas-

siva quanto a feita ano passado pelo Governo Federal para o Rio Grande do Norte e outros estados, e isso obriga uma celeridade na criação dessa CPI, pois enquanto o povo passava dificuldades por aqui, o Governo Estadual saldou débitos que julgou prioritários em detrimento das necessidades da pandemia", questionou o deputado tucano.

O deputado estadual Vivaldo Costa (PSD) chegou a propor o adiamento da instalação da CPI devido o "momento é inadequado" por causa da pandemia e como vem repetindo em outras sessões, pediu um armistício político: "É hora de união, de trégua. Agora infelizmente alguns dos colegas insistem em radicalizar e extremar, puxar a corda. Mas isso não é o pensamento da população".

Vivaldo Costa opinou que "todos querem soluções para a Covid-19 e em segundo lugar, a seca. É hora de pensar em como atender as demandas do povo trabalhador. A população não espera que a Casa do Povo entre pelo caminho do ódio, intolerância, crítica, política-gem barata", disse.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/energia-ela-trica-pode-ter-reajuste-acima-dos-20-afirma-aneel/513127>

Energia pode subir acima dos 20%

« **BANDEIRA VERMELHA** » Aneel irá definir os novos valores das bandeiras tarifárias até o final de junho. No patamar 2, o mais elevado, o reajuste pode chegar a 21%, passando de R\$ 6,243 a cada 100 kWh para R\$ 7,571

Brasília (AE) - O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, afirmou, nesta terça-feira (15), que o órgão regulador irá definir os novos valores das bandeiras tarifárias até o final de junho. Segundo o diretor, o reajuste do patamar mais alto, a bandeira vermelha 2, deve ultrapassar os 20%, como previsto na consulta pública da Aneel.

Criado em 2015, o mecanismo das bandeiras representa se haverá ou não cobrança adicional nas contas de luz dos consumidores, a depender das condições de geração de energia elétrica no País.

Diante da seca histórica nos principais reservatórios das usinas hidrelétricas, o entendimento é de que será preciso aumentar os valores por conta do maior uso de usinas térmicas, necessárias para garantir o abastecimento.

Como mostrou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), várias possibilidades foram analisadas para fazer frente aos custos, entre elas, a elevação do patamar mais alto, a bandeira vermelha 2, ou a criação de uma nova faixa.

Durante participação em audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara, Pepitone afirmou que os novos valores ainda não foram definidos, mas que o reajuste da bandeira vermelha 2 deve ultrapassar os 20%. Ele afirmou que não será criada uma nova faixa específica para este momento.

Pela proposta apresentada



De 2015 a 2019, consumidor economizou R\$ 4 bi devido às bandeiras

em março pela agência, as taxas cobradas quando a agência acionar bandeira vermelha irão aumentar. No patamar 1, a taxa adicional pode subir de R\$ 4,169 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos para R\$ 4,599 - aumento de 10%. No patamar 2, o reajuste pode chegar a 21%, passando de R\$ 6,243 a cada 100 kWh para R\$ 7,571.

"A geração do País subiu pelo fato de não termos água para gerar nas nossas hidrelétricas, essa energia será gerada nas térmicas, logo esse custo vai ser apresentado por meio do mecanismo das bandeiras", disse o diretor-geral.

Segundo ele, o valor deve superar o que foi previsto na proposta de revisão da agência. "Com certeza esse valor ainda deve superar um pouco os R\$ 7, os 20%", disse.

De acordo com Pepitone, os consumidores economizaram quase R\$ 4 bilhões entre 2015 e 2019 por conta das bandeiras. Isso porque antes da criação do mecanismo, os custos das distribuidoras para comprar energia mais cara eram repassados aos consumidores apenas uma vez ao ano, no reajuste tarifário anual, com correção monetária e juros. Pelo modelo atual, as empresas recebem mensalmente o valor recolhido nas contas de luz.

Prorrogação

A Aneel prorrogou, até o dia 30 de setembro, ou seja, por mais 90 dias, o conjunto de medidas para garantir a continuidade do serviço de distribuição de energia para os consumidores de baixa renda, em meio à segunda onda da covid-19. Com isso, está proibido o corte de

fornecimento de energia elétrica por inadimplência de unidades consumidoras residenciais de baixa renda ou daquelas em que há pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica.

No entanto, a agência reguladora deixou claro que a vedação do corte de energia não sugere e nem deve ser entendida, de forma alguma, como um estímulo à isenção do pagamento pelo uso da energia elétrica, mas sim como uma ação reguladora que visa garantir a continuidade do fornecimento àqueles que, em razão da sua vulnerabilidade, não tiveram condições de se manter adimplentes.

O relator do processo na agência reguladora, o diretor Hélio Guerra, fez questão de deixar claro que essa medida, implementada no primeiro momento da pandemia, não levou a uma maior inadimplência pelas unidades consumidoras de baixa renda, sendo que o indicador atingiu seu pico em julho de 2020, com quase 20% de inadimplência. Porém, em fevereiro deste ano, a inadimplência alcançou o patamar de 5,2%. "Hoje, o índice está em quase 7%, valor próximo aos observados no período anterior à pandemia", diz o diretor da Aneel. Segundo Guerra, os números demonstram que nos meses de vigência dessas medidas a inadimplência permaneceu abaixo de patamares previamente praticados, reforçando que a ação regulatória tem tido o alcance esperado.

16/06/2021

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rio-grandre-do-norte-tera-mais-vacinas-contra-covid-19/513124>

RN terá mais vacinas contra covid-19

« ALENTO » Com introdução de dois novos imunizantes nos próximos dias – Janssen e Sputnik V – meta do Governo do Estado é imunizar população acima dos 18 anos até setembro; grandes eventos poderão voltar

FELIPE SALUSTINO
Repórter

Passados quase seis meses do início da aplicação das vacinas contra a covid-19 nos Estados brasileiros, o processo vacinal no Rio Grande do Norte deverá sair do ritmo lento e se tornar mais célere com a ampliação da oferta de vacinas. Conforme a Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN), estão previstas as chegadas dos imunizantes Janssen (de única aplicação) e Sputnik V. Eles se somarão às vacinas Coronavac/Butantan, Oxford/Astrazeneca e Pfizer/BioNtech, já em uso no Brasil. Com isso, o Governo do Estado estima que até o final de setembro todos os potiguares com 18 anos ou mais tenham recebido pelo menos uma dose desses fármacos contra a covid-19.

A Sesap espera vacinar com pelo menos uma dose, algo em torno de 600 mil a 800 mil potiguares acima de 18 anos até setembro próximo. Essa estimativa se baseia no envio semanal de imunizantes a ser feito pelo Ministério da Saúde (MS) – de aproximadamente 200 mil doses – ao Rio Grande do Norte.

“Nossa intenção é chegar a setembro com todas as pessoas acima de 18 anos tendo recebido ao menos uma dose [D1]. E nós sabemos que, com a D1 e a vacinação em massa, teremos uma diminuição considerável da circulação do vírus”, afirmou a coordenadora em Vigilância Epidemiológica em Saúde da Sesap, Kelly Maia. Segundo ela, a expectativa é que o Estado passe a receber mais fármacos



Vice-governador do Rio Grande do Norte, Antenor Roberto, confirmou chegada de carregamento da Sputnik V para o próximo mês: 300 mil doses são esperadas

contra a infecção pelo novo coronavírus graças à inclusão de um novo imunobiológico, a vacina Janssen, desenvolvida pela Johnson & Johnson, a ser enviado pelo Ministério da Saúde.

Até o momento, o Ministério fornece três tipos de vacina para as unidades federativas de todo o País: CoronaVac/Butantan, Oxford/Astrazeneca e Pfizer/BioNtech. No caso do Rio Grande do Norte, a vacina russa Sputnik V também será incluída no esquema de imunização, graças à compra feita pelo Estado

via Consórcio Nordeste.

“O MS sinalizou o envio de 50 mil doses de cada vacina semanalmente. Se essa estimativa for cumprida, a gente consegue imunizar todas as pessoas acima de 18 anos e garantir uma ampla vacinação aqui no Estado”, detalhou Kelly Maia. As projeções para 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o Rio Grande do Norte possui 3.560.903 habitantes. Desse total, 2.665.703 (74,86%) tem 18 anos e mais.

Entretanto, levando em conta que parte desse público já foi vacinado por integrar os grupos prioritários preconizados pelo Plano Nacional de Imunização (PNI), a Sesap espera imunizar agora um número estimado de 600 mil a 800 mil potiguares nessa faixa etária. “Nós precisamos respeitar o escalonamento de forma decrescente, ao mesmo tempo em que vamos continuar vacinando, simultaneamente, algumas categorias laborais”, frisou Kelly Maia. Além da oferta de novas vaci-

nas, outra medida deverá contribuir para a aceleração da imunização no Estado: a redução das doses em estoque. Assim, a reserva técnica, que atualmente é de 5% em relação a cada lote recebido, passará a ser, no máximo, de 2%. “Nós estamos percebendo que não estão ocorrendo perdas consideráveis de doses, por isso, iremos diminuir a reserva técnica. E a intenção é que, a cada nova remessa, a gente distribua a reserva anterior para garantirmos a celeridade à vacinação”, explicou Maia.

Estado receberá 300 mil doses da Sputnik V

Em julho, deverão chegar ao Rio Grande do Norte as primeiras doses da vacina Sputnik V. A previsão foi anunciada pelo presidente do Fundo Soberano da Federação Russa, Kirill Dmitriev, que também prometeu apresentar cronograma completo de entrega das 37 milhões de doses ao Brasil até o final deste mês, em reunião com os Consórcios Nordeste e Amazônia Legal nessa terça-feira (15).

O contrato do Rio Grande do Norte é de 300 mil doses. O vice-governador, Antenor Roberto, avaliou de forma positiva a reunião. “A expectativa dos governadores é acelerar o programa de imunização no Nordeste, incluindo nos lotes das vacinas agora um novo imunizante”, declarou, afirmando também que a vacina russa contribuirá para que a meta, anunciada pela governadora Fátima Bezerra, de vaci-

Ministério deve cumprir meta de distribuição

A coordenadora em Vigilância Epidemiológica em Saúde da Sesap, Kelly Maia, esclareceu que para o cumprimento das estimativas da Sesap será primordial que o Ministério da Saúde (MS) efetive a distribuição das vacinas da forma como sinalizado. O critério é o tamanho da população de cada Esta-

do. Para o Rio Grande do Norte, será necessário – levando em consideração as duas doses para a completa imunização contra a covid-19 – o envio de, pelo menos, mais 1,2 milhão doses até setembro.

“Precisamos que ao menos o envio desse quantitativo seja respeitado. E é importante dei-

claro: tudo isso depende do cronograma do Ministério da Saúde. A única vacina que nós temos independente [do MS] é a Sputnik V. Então, nós esperamos, obviamente, que os números sejam efetivados para conseguirmos avançar”, comentou. Kelly Maia informou que a Sesap

espera receber 46 mil doses da vacina Janssen a partir desta quarta-feira (16). O Instituto Butantan repassou mais 1 milhão de doses da CoronaVac ao Ministério da Saúde na segunda-feira (14) e, com isso, o Rio Grande do Norte espera receber aproximadamente 50 mil unidades desse imunizante até o final desta semana.



CALENDÁRIO VACINAL

59 a 50 anos: junho/2021

49 a 39 anos: julho/2021

38 a 29 anos: agosto/2021

28 a 18 anos: setembro/2021

Fonte: Governo do RN

Sesap fará mutirão para atualizar RN + Vacina

Mesmo com a expectativa de avanço da vacinação contra a covid-19 no Estado, os números sobre a aplicação da segunda dose – que completa o esquema vacinal e garante maior proteção contra a doença – ainda apresentam lacunas. Segundo a coordenadora em Vigilância Epidemiológica em Saúde da Sesap, Kelly Maia, os registros do RN + Vacina apontam que cerca de 10 mil pessoas ainda não receberam a segunda aplicação (D2).

Na avaliação da gestora, esse número não corresponde à realidade, porque existe um atraso no cadastramento dos dados no sistema (RN + Vacina). “Nós temos pelo menos 10% das pessoas que tomaram a vacina de Oxford, mas não receberam a segunda dose. Não dá para dizer que isso acontece por falta de procura pela imunização. Seria um pouco leviano afirmar isso. Para se ter uma ideia, nós temos 16 municípios do Estado que registraram menos de 60% da vacinas rece-

bidas. Então, isso é muito complicado”, ponderou. A solução para sanar o atraso começa a ser empreendida nesta semana.

“Estamos iniciando com mutirões essa semana para colocar essas informações no sistema. Inclusive, estamos em parceria com a UFRN e o IFRN, para que possamos ter estudantes digitando esses dados. O número de pessoas com a D2 atrasada é alarmante, mas, como eu já mencionei, ele é incompatível com a realidade. Não tenho nenhum receio de falar: se nós estivéssemos colocando todos os dados no sistema, estaríamos como um dos Estados que mais teriam vacinado, porque, de fato, a imunização tem sido muito célere por aqui”, garantiu Kelly Maia.

Dados

Segundo o portal RN + Vacina, que monitora os dados sobre a imunização contra a covid-19 no Estado, o Rio Grande do Norte tinha, até essa terça-feira (15), 389.123 pessoas com o esquema

vacinal completo (receberam a D1 e a D2). Com a primeira dose, eram 888.883. O número de potiguares completamente imunizados corresponde a 35,91% do público-alvo da Sesap para essa fase (1.083.590 pessoas) e a 10,92% do número total de habitantes estimados para o RN pelo IBGE.

Com a expectativa de ampliação significativa dos números de vacinação, a Sesap diz que já é possível vislumbrar a prospecção de médios e grandes eventos para o Estado no final do ano. “Se a gente pensar dentro da perspectiva do cenário epidemiológico que estamos, com o perfil de adoecimento mudando exatamente por causa da vacinação, a gente imagina que em dezembro nós poderemos ter eventos de grande e médio porte”, assegurou Kelly Maia.

Para corroborar a afirmação, a gestora da Sesap diz que o Estado não registra nenhuma internação de pessoas acima de 70 anos por covid-19 atualmente, o

que demonstra a efetividade da vacina. Portanto, segundo ela, a vacinação em massa é um fator que garantiria abertura para os grandes eventos. “Todas as pessoas que estão hospitalizadas têm menos de 70 anos. Então, nós percebemos que as pessoas que tiveram a garantia da vacina lá atrás, não estão adoecendo mais da forma efetiva como estavam”, analisou Maia.

Ela disse que já há pedidos de avaliação para que, a partir dos próximos avanços em relação à vacina, sejam prospectados eventos para o Estado. As projeções, segundo ela, tendem a ser positivas, desde que as estimativas em torno da ampliação do processo de imunização sejam efetivadas. “Se nós pensarmos que haverá um público amplamente vacinado, acredito que em breve poderemos ter de médios a grandes eventos. Não sei se necessariamente em dezembro, mas é algo que estamos projetando de forma não tão demorada”, assinalou a gestora.



(...) se nós estivéssemos colocando todos os dados no sistema, estaríamos como um dos Estados que mais teriam vacinado, porque, de fato, a imunização tem sido muito célere por aqui!”

KELLY MAIA

Coord. Vig. Epidemiológica Sesap

nar a população adulta até setembro seja alcançada.

A Anvisa concedeu na última sexta (4) autorização para governos estaduais importarem a vacina russa, que tem eficácia de 80% com a primeira dose e de 95% com duas aplicações, de acordo com o presidente do Fundo Soberano da Federação Russa, Kirill Dimitriev.

“Compartilho testes de eficácia realizados na Argentina. Há redução da eficácia de vacinas diante das novas variantes, mas a eficácia da Sputnik V é ainda mais elevada”, disse Dimitriev.

Além do Rio Grande do Norte, solicitaram autorização para importar a Sputnik: Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Sergipe e Tocantins, além dos municípios de Maricá e Niterói (RJ).

16/06/2021

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-amplia-vacinaa-a-o-de-professores-nesta-sexta-feira-18/513122>

Natal amplia vacinação de professores

« **IMUNIZAÇÃO** » Secretaria Municipal de Saúde de Natal confirmou aplicação das vacinas em professores do Ensino Fundamental I e II das redes pública e privada no município, a partir da próxima sexta-feira (18/06)



SMS Natal iniciou nessa terça (16) a vacinação de pessoas com 50 anos ou mais sem comorbidades e filas se formaram no Via Direta

A Secretaria Municipal de Saúde de Natal (SMS Natal) vai ampliar, na sexta-feira (18/06), o público de vacinação dos trabalhadores em Educação, atendendo os profissionais que atuam no Ensino Fundamental I e II de escolas públicas e privadas do município.

Com a conclusão da vacinação nas unidades escolares da Educação Infantil prevista para a quinta-feira (17/06) na capital, a SMS Natal, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação (SME), o Sindicato das Escolas Privadas e a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Privado do RN definiram criar pontos exclusivos para ampliar a estratégia com imunização ocorrendo no Ginásio do Colégio Expansivo, na zona Norte; e o Ginásio do Instituto Sagrada Família, no Alecrim. Esses novos locais funcionarão das 08h às 16h, todos os dias da semana, inclusive aos domingos.

As instituições de ensino que já receberam equipes volantes da SMS Natal imunizando com a primeira dose os trabalhadores da Educação Infan-

til (creche e pré-escola) que também contam com Ensino Fundamental I e II (1º ano ao 9º ano), podem encaminhar os profissionais aos pontos exclusivos com declaração da escola, cópia do contracheque ou carteira de trabalho, documento com foto e cartão de vacinação. Se algum trabalhador da Educação Infantil não tiver conseguido receber o imunizante, também pode buscar um dos pontos exclusivos.

“A primeira etapa da vacinação se encerra esta semana, e já tem início a vacinação dos trabalhadores do Ensino Fundamental. O avanço do processo de vacinação significa o início do ano letivo de 2021 com mais segurança para a escola e a família”, afirmou a secretária municipal de Educação de Natal, Cristina Diniz.

“Com o recebimento de novos lotes de imunobiológicos destinados à Educação, pensamos nessa estratégia para ampliar a vacinação e dar celeridade à imunização em Natal. Com isso, estamos concluindo a Educação Infantil para já começar

Com o recebimento de novos lotes de imunobiológicos destinados à Educação, pensamos nessa estratégia para ampliar a vacinação e dar celeridade à imunização em Natal”

RAYANNE ARAÚJO

Sec. Adj. de Atenção à Saúde

em seguida os professores do fundamental I e II. Lembramos que todas as informações oficiais dos públicos, documentação, poderão ser conferidas em vacina.natal.rn.gov.br”, comentou a secretária adjunta de Atenção Integral à Saúde de Natal, Rayanne Araújo.

Cronograma

A vacinação dos trabalha-

dores da Educação em Natal ocorrerá a partir da sexta-feira (18), de domingo a domingo, das 08h às 16h. Os locais são: Ginásio do Expansivo - Rua Wiliam Marinho de Leiros, 50 - Pajuçara, zona Norte; e no Ginásio do Instituto Sagrada Família, na Rua Olinto Meira, 1076, Alecrim.

São Gonçalo

A Prefeitura de São Gonçalo do Amarante vai vacinar pessoas sem comorbidades acima de 40 anos a partir desta quarta-feira (16/06), nas 29 Unidades de Saúde do município. Também seguem sendo imunizados os grupos com comorbidades e pessoas com deficiência permanente, acima de 18 anos.

É necessário estar cadastrado do RN + Vacina, e comparecer a uma Unidade Básica de Saúde (UBS) com comprovante de residência e documento com foto. Já os trabalhadores da Educação do Ensino Médio estão sendo agendados pela plataforma RN + Vacina, e direcionados ao Campus do IFRN no município.

Eleições 2022. Após polarização ganhar as ruas, dirigentes aceitam discutir eventual aliança; conversas já não consideram 'outsiders' como o apresentador Luciano Huck

Partidos retomam diálogo por alternativa de centro



Siglas. Freire (Cidadania), Baleia (MDB), ACM Neto (DEM) e Araújo (PSDB); dirigentes partidários defendem entendimento

Pedro Venceslau

Dirigentes de partidos do centro decidiram retomar as conversas sobre uma eventual aliança na disputa presidencial do ano que vem após a polarização entre o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ganhar as ruas em recentes manifestações pelo País. Pela primeira vez desde o início da pandemia, dirigentes partidários vão se reunir hoje presencialmente em um almoço em Brasília. Sem um nome natural, as legendas já não consideram nas discussões alternativas como o empresário e apresentador Luciano Huck ou o ex-juiz federal Sérgio Moro.

O almoço foi uma ideia do ex-ministro Luiz Henrique Mandetta, que é apresentado como pré-candidato do DEM. Foram convidados os presidentes do MDB, PSDB, PDT, Novo, Podemos, PV, Cidadania, Solidariedade e PSL. Nem todos estarão presentes porque já tinham agendas marcadas, mas a iniciativa foi bem recebida pelo grupo, que busca visibilidade na opinião pública.

A avaliação da maioria dos líderes partidários é a de que os "outsiders" não estão dispostos a enfrentar as urnas no ano que vem e que é preciso ocupar esse espaço com um nome competitivo da própria política. Após um período recluso, Huck perdeu espaço como opção.

Segundo informação divulgada ontem pelo jornalista Daniel Castro, do portal UOL, o apresentador confirmaria a renovação de seu contrato com a TV Globo numa entrevista que concedeu ao programa de Pedro Bial e que iria ao ar na madrugada de hoje. Procurada, a assessoria de Huck não havia se manifestado. Ele é o mais cotado para ocupar o lugar de Fausto Silva na programação dos domingos da emissora.

"Huck não está descartado, mas hoje tem muito mais obstá-



Apresentadores. Huck concedeu entrevista a Pedro Bial

● **'Conjunto'**
"O almoço de amanhã (hoje) é uma demonstração de que existe um conjunto de forças que se veem na obrigação de oferecer alternativas reais a essa polarização."

Bruno Araújo
PRESIDENTE NACIONAL
DO PSDB

culos do que há algum tempo. Agora não temos um candidato nosso", admitiu o presidente do Cidadania, Roberto Freire. A legenda abrigou os grupos de renovação ligados a Huck e durante um longo período manteve proximidade com o apresentador.

'Viáveis'. O almoço dos dirigentes partidários vai ocorrer um dia após o PSDB definir seu modelo de prévias com voto indireto (*mais informações na pág. A8*). A aposta entre os tucanos é que até novembro, quando acontecerá a eleição interna, a terceira via terá apenas duas opções viáveis: o escolhido do partido e Ciro Gomes.

O PSDB conta com quatro postulantes: os governadores João Dória (SP) e Eduardo Leite (RS), o senador Tasso Jereissati (CE) e o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio. "O almoço de amanhã (hoje) é uma demonstração de que existe um conjunto de forças que se veem na obrigação de oferecer alternativas reais a essa polarização", disse o presidente do

PSDB, Bruno Araújo. Segundo o tucano, o partido, apesar das prévias já marcadas, vai discutir todas as alternativas de forma "aberta e democrática".

O presidente do PDT, Carlos Lupi, contou que foi convidado pelo presidente do DEM, ACM Neto, mas não poderá ir ao almoço, pois já tinha uma viagem marcada. "Depois do advento do Wilson Witzel no Rio, do Romeu Zema em Minas, e dos governadores de Santa Catarina (*Carlos Motosés, do PSL*) e Amazonas (*Wilson Lima, do PSC*) - todos eles outsiders que foram um fracasso - não há espaço para um nome diferente, que poderia ser o Luciano Huck ou o Sérgio Moro. São duas cartas fora do baralho. Que novidade você inventa assim? Isso não se constrói do dia para o outro. O Ciro vai acabar agregando uma boa parte desse grupo."

Lupi é cético sobre a possibilidade de uma frente partidária em torno de uma candidatura única, mas aposta no "pragmatismo" das legendas de centro. "Vai ter uma divisão. Um ou dois podem ficar com Bolsonaro, outros com Lula, e uns 2 ou 3 podem ficar com a gente. Vai depender de quem tem chance de ganhar. Se chegar em março do ano que vem e o Ciro tiver entre 12% ou 15%, o que acho possível, vamos ter uma boa parte desse grupo. Se ele não conseguir (*esse patamar*), não teremos. Eles são bem pragmáticos."

Os partidos do centro estão pressionados pelas manifesta-

ções de rua contra e a favor do presidente Jair Bolsonaro e o crescente protagonismo da polarização com o ex-presidente Lula. No início de abril, os presidentes da centro-direita à centro-esquerda chegaram a assinar um manifesto e montar um grupo de WhatsApp chamado "Polo Democrático". O movimento, porém, esbarrou em crises internas e desavenças.

"É importante nós sairmos da polarização. Por isso precisamos manter viva a discussão de um nome que represente o equilíbrio e a moderação", disse o deputado Baleia Rossi, presidente do MDB, que apresentou o nome da senadora Simone Tebet (MS).

Mandetta ressaltou que essa será a primeira reunião nos "moldes normais da política". "Até agora era por celular, live e vídeo. Vamos sentar e conversar. Pensando juntos as coisas podem sair melhor. A gente tem que trabalhar mais o conceito de pré-aliança do que pré-candidatura. Os partidos vão depurando nomes", afirmou.

O Novo chegou recentemente a anunciar a pré-candidatura de João Amoêdo à Presidência. Nove dias depois, porém, Amoêdo desistiu da postulação diante das divergências internas.

O almoço ocorre após uma reaproximação entre o presidente do DEM, ACM Neto, e do MDB, Baleia Rossi. Eles, que estavam rompidos desde a eleição para a presidência da Câmara, juntaram na semana passada no apartamento de Bruno Araújo em Brasília. O MDB e o PSL, por sua vez, estreitaram a relação nos últimos meses e estão até elaborando um plano em conjunto com as respectivas fundações - chamado "Ponto de Equilíbrio".

Para Roberto Freire, do Cidadania, a ideia do encontro ampliado presencial é dar o primeiro passo para chegar a um denominador comum. "É encontrar um nome comum, do Mandetta ao Ciro, passando por Dória, Tasso e Leite", disse.

16/06/2021

Em conceito, carreiras de Estado são atividades que não existem na iniciativa privada e que contam com estabilidade na função. Hoje, essa lista não está definida formalmente.

Acenar já se repete. Mas já recebeu mais de 200 pedidos de audiência das mais diversas carreiras do funcionalismo depois que foi escolhido para a relatoria. Ele disse que não quer atender uma categoria e deixar outra de fora. Por isso, sugere aos representantes que procurem os deputados. "Eles têm de convencer o plenário da comissão."

Decerto, o relator antecipa que quer deixar a definição do que

curadores querem o mesmo tratamento. Professores e servidores de órgãos sensíveis de fiscalização, como os da área ambiental, também querem ser blindados, com o argumento de que não podem ficar à mercê de in-terferência política nos órgãos.

"A PEC vai permitir um aparelhamento nunca visto na história da nossa democracia", diz Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Administrativa, o deputado Tiago Mitraud (Novo-MG) diz que não pode haver um benefício para uma categoria em detrimento de outra. "Tem de trabalhar para uma reforma que valha para todos."

Para a economista Ana Carla Abrão, é preciso se desvencilhar dessa pressão dos lobbies. "Esse é o nó. Se não sairmos dele, só há dois caminhos: ou a reforma não avança ou iremos retroceder e piorar o que já está ruim."

• Comum
"Tem de trabalhar por uma reforma que valha para todos."
Tiago Mitraud (Novo-MG)
PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Proposta gera divisão até entre deputados da base do governo

Levantamento aponta que mais da metade dos pronunciamentos na Câmara é crítica a reforma administrativa

BRASÍLIA

Levantamento do Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), aponta que há mais manifestações na Câmara contra do que a favor da reforma administrativa, além de uma divisão dentro da própria base de apoio do governo. O OLB identificou que 64 dos 513 deputados federais discursaram

sobre a reforma administrativa de setembro de 2020 até o fim de maio de 2021. Mais da metade (54,5%) dos pronunciamentos foi contra o projeto de reformular o RH do Estado.

Do total, apenas 30% das falas foram favoráveis – o restante foi classificado como neutro. Além da clara oposição de partidos de esquerda, também há divisão nas legendas com parlamentares da base do governo. É o caso de PSL, DEM e PSD.

As resistências exigem um esforço maior do governo para aprovar a proposta, de acordo com a cientista política Debora Gershon, autora do levantamento. Com queda na popularidade e antecipação do período

eleitoral, o governo tende a se concentrar em outras agendas, como a reformulação do Bolsa Família e auxílio a empresas.

"Passou de agosto, setembro, é muito difícil sair do papel, especialmente se não for muito desidratada. O tempo do governo é muito curto para fazer uma articulação e ele não tem se movimentado na Câmara em favor do próprio texto", afirmou. "Jogar no colo do Congresso o custo da reforma e ficar com os ganhos de outras propostas, como um novo programa social, é uma estratégia acertada para quem se candidatará à Presidência em 2022."

A base do governo é maioria na comissão especial da Câmara

criada para votar a reforma antes do plenário. O colegiado foi instalado no último dia 9.

A avaliação da falta de movimento do governo em favor da proposta é compartilhada por parlamentares à frente da articulação de outras agendas. Na semana passada, o coordenador da Frente Parlamentar da Reforma Tributária, deputado Luis Miranda (DEM-DF), declarou que "nem o governo tem interesse mais em aprovar a reforma administrativa".

No cenário de incertezas, o relator da proposta, deputado Arthur Maia (DEM-BA), disse esperar empenho do governo (mas *transformações abato*). "O jogo não começou. Mas, à medida que esse processo for caminhando e nosso relatório tomando corpo, é importante que nessas conversas haja o engajamento, sim, do presidente da República." / DANIEL WETERMAN e C.T.

Alta do PIB afasta colapso na dívida

Lucro das empresas reforça arrecadação e derruba projeções de que a dívida bruta brasileira alcançaria 100% do Produto Interno Bruto

Luciana Dymiewicz

As projeções iniciais eram catastróficas. Tanto para 2020 quanto para 2021, estimativas indicavam que a dívida bruta brasileira chegaria a 100% do Produto Interno Bruto (PIB). Conforme as previsões, esse nível de endividamento seria decorrência da queda de arrecadação provocada pela crise e do aumento dos gastos públicos feitos para amenizar os efeitos da pandemia de covid-19. O cenário mudou, e bancos e casas de análise, nas últimas semanas, passaram a rever para baixo o nível de endividamento do País - que, agora, está mais perto de 80% do PIB.

No ano passado, o endividamento já havia surpreendido não só porque o PIB brasileiro recuou menos do que o esperado (-4,1%, ante estimativas que chegaram a -9,1%) como também porque a economia internacional não sofreu tanto quanto se imaginava, sobretudo a chinesa, que importou em larga escala. O resultado disso - aliado a uma taxa de juros relativamente baixa - foi que a dívida do Brasil terminou 2020 em 89,3% - longe dos 102,3% que chegou a prever o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas, ainda assim, registrando uma alta de 15 pontos percentuais na comparação com 2019.

Agora, a tendência é de que se repita o ocorrido no ano passado, com o endividamento surpreendendo positivamente. O Itaú Unibanco, por exemplo, foi um dos bancos que mudaram sua projeção recentemente, de 84,4% do PIB para 81,9% neste ano e de 84,5% para 81,6% em 2022. No Bradesco, a revisão para 2021 foi de 89,7% para 84,6%, e, no Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, de 86,1% para 84%.

Uma parte dessas revisões foi feita porque o crescimento de 1,2% do PIB no primeiro trimestre foi superior ao estimado inicialmente pelos economistas. Um PIB mais elevado significa tanto uma arrecadação do governo maior quanto uma proporção dívida/PIB menor (mantendo a dívida constante).

Outro fator que fez os economistas reduzirem as projeções de endividamento foi o aumento da arrecadação do governo em um ritmo bastante superior ao do crescimento do PIB. "A arrecadação ligada ao lucro das empresas está muito forte. Está subindo mais de 40% ano contra ano", diz o economista Pedro Schneider, do Itaú.

Segundo Schneider, entre as explicações para esse incremento está o fato de algumas empresas terem parado de recolher impostos no começo da pandemia por terem tido prejuízo e o atraso no pagamento das aliquo-

SOLUÇÕES

PARA O SEU NEGÓCIO

MÁQUINAS DE TERRAPLANAGEM

NOS LEILÕES DE MATERIAIS






ROLO COMPACTADOR JCB 180 - 2012/13 - 23/06 - 9h30






PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI HL760-7A, 2010 - 23/06 - 9h30

OPORTUNIDADES INCRÍVEIS

ACESSE O NOSSO SITE E CONFIRA: www.sodresantoro.com.br



SOMENTE ONLINE

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO E ACESSO AGORA.



SODRÉ SANTORO

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

● **Recuperação**
"Nos processos recessivos, o lucro contrai. A empresa tem prejuízo fiscal. Quando a economia volta, o lucro contábil cresce rápido (e, consequentemente, o pagamento de impostos, em uma dinâmica típica em saídas de crise)."
Fernando Honorato
ECONOMISTA-CHEFE DO BRADESCO

tas devido a dificuldades de caixa. Agora, com a economia se recuperando, as companhias se estão regularizando a situação. Ainda de acordo com o economista, a receita total do governo (incluindo arrecadação com impostos, royalties, dividendos e concessões) em 2021 deve ser R\$ 70 bilhões superior ao valor



Motor. Agronegócio se destaca na economia brasileira

projetado inicialmente. No total, deverá alcançar R\$ 1,759 trilhão - 4,2% a mais do que se esperava.

O economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, lembra também que a alta na arrecadação pode estar relacionada à melhora no mercado de trabalho formal. Nos quatro pri-

meiros meses do ano, o saldo no número de vagas foi de 957,9 mil. O economista destaca que uma arrecadação avançando a um ritmo maior do que o do PIB é uma situação típica em saídas de crise. "Nos processos recessivos, o lucro contrai. A empresa tem prejuízo fiscal. Quando a economia volta, o lucro con-

tábil cresce rápido (e, consequentemente, o pagamento de impostos)."

Futuro. A prorrogação do auxílio emergencial por mais três meses não deve alterar o endividamento de forma significativa, na avaliação do economista Matheus Rosa Ribeiro, do Ibre/FGV. Isso porque o gasto atual do governo com a ajuda financeira tem ficado abaixo do esperado. Há, portanto, uma sobra orçamentária. A ela, deve ser adicionado um gasto de R\$ 11 bilhões, que muda o cenário apenas "marginalmente".

Na avaliação do economista Braulio Borges, da consultoria LCA, as condições para manter a sustentabilidade da dívida nos próximos anos são favoráveis. Apesar de o endividamento ser elevado, um crescimento da economia ao redor de 2,5% ao ano e uma taxa básica de juros em torno de 6,0% podem ajudar a garantir a solvência do País.

Bolsa Família vai a R\$ 300, diz Bolsonaro

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes | BRASILIA
Pedro Caramuru | SÃO PAULO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o novo Bolsa Família pagará R\$ 300 em média para os beneficiários do programa, em um anúncio que pegou integrantes do próprio governo de surpresa, segundo apurou o *Estadão|Broadcast*. Até agora, as tratativas das equipes eram para reajustar o valor médio do benefício social dos atuais R\$ 190 para R\$ 250.

A reformulação do Bolsa Família vem sendo discutida em um momento de queda da popularidade do presidente, que deve disputar a reeleição em 2022. Porém, técnicos ouvidos pela reportagem dizem que o valor proposto por Bolsonaro em entrevista à filial da TV Record em Rondônia não cabe no teto de gastos previsto para 2022. O teto é a regra que limita o avanço das despesas à inflação.

Durante a entrevista, Bolsonaro citou que a inflação de produtos que compõem a cesta básica ficou "em torno de 1,4%", e alguns itens chegaram a subir 50%. "É o Bolsa Família, a ideia é dar um aumento de 50% para ele em dezembro, para sair de média de R\$ 190, um pouco mais de 50% seria (o aumento)", para R\$ 300. E isso que está praticamente acertado aqui", disse.

Bolsonaro afirmou ainda que hoje "está na casa dos 18 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família" - na verdade, são 14,7 milhões, segundo dados de maio do Ministério da Cidadania - e ponderou que se trata de um número "bastante grande". "Pesa para a União, mas nós sabemos da dificuldade da nossa população. Então a equipe econômica já praticamente bateu o martelo nesse novo Bolsa Família a partir de dezembro, de R\$ 300 em média", afirmou o presidente.

Cálculos internos do governo apontam que o incremento do Bolsa Família até a média de R\$ 250 - ou seja, um aumento de aproximadamente R\$ 60 mensais - representa um custo adicional de R\$ 18,7 bilhões para o ano que vem. Levando a média aos R\$ 300 informados por Bolsonaro, adicionando mais R\$ 50 mensais às famílias, teria efeito ainda maior nas despesas com o programa, um impacto que não cabe no espaço que se abriu no teto. Técnicos do governo continuam a trabalhar com um valor de R\$ 250, conforme apurou a reportagem.

Energia deve ter reajuste acima de 20%

Previsão é do diretor-geral da Aneel e vale para a bandeira tarifária vermelha 2; aumento será necessário para bancar custos de térmicas

Marília Sabino | BRASÍLIA

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Peptoni, afirmou ontem que o órgão vai definir os novos valores das bandeiras tarifárias até o fim de junho. Em audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara, ele afirmou que o reajuste do patamar mais alto, a bandeira vermelha 2, deve ultrapassar os 20% – porcentual previsto inicialmente em consulta pública da Aneel. Segundo Peptoni, não será criada uma nova faixa específica para esse momento.

Criado em 2015, o mecanismo das bandeiras representa se haverá ou não cobrança adicional nas contas de luz dos consumidores, a depender das condições de geração de energia elétrica no País. Diante da seca histórica nos principais reservatórios das usinas hidrelétricas, o entendimento é de que será preciso aumentar os valores por conta do maior uso de usinas térmicas, necessárias para garantir o abastecimento.

Como mostrou o *Estadão* em Brasília na sexta-feira, várias possibilidades foram analisadas para fazer frente aos custos, como a elevação do patamar mais alto, a bandeira vermelha 2, ou mesmo a criação de uma nova faixa de preços.

Pela proposta apresentada em março, as taxas cobradas quando a agência aciona bandeira vermelha vão aumentar. No patamar 1, a taxa adicional pode subir de R\$ 4,69 para R\$ 4,500 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos – aumento de 10%. No patamar 2, que está em vigor neste mês, o reajuste pode chegar a 21%, passando dos atuais R\$ 6,243 para R\$ 7,571.

“A geração do País subiu pelo fato de não termos água para gerar (energia) nas nossas hidrelétricas, essa energia será gerada nas térmicas. Logo, esse custo vai ser apresentado por meio do mecanismo das bandeiras”, disse. Segundo ele, o valor deve superar o que foi previsto na proposta de revisão da agência. “Com certeza, esse valor ainda deve superar um pouco os R\$ 7, os 20%.”

Tietê-Paraná. Também durante a audiência na Câmara, o presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Ciochci, listou como “necessária” uma eventual paralisação da Hidrovia Tietê-Paraná.

Foram apresentados dois cenários: a paralisação da via e a redução do calado dos navios que navegam na hidrovia, o que reduziria a capacidade de transporte. “Estamos discutindo essa ação em nível federal através do Ministério da Infraestrutura, e com o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).”

Também já falamos com o governador de São Paulo para que a gente possa fazer isso de forma controlada e planejada”, disse. Segundo dados do ONS, a redução do calado dos navios resultaria em um ganho de 0,5% de energia armazenada. Já a paralisação total da hidrovia geraria um ganho de 1,6%. A hidrovia é um dos principais corredores fluviais do País, importante para o transporte de grãos, madeira, areia e cana.

Outras medidas necessárias apontadas pelo ONS são a restrição da vazão das Usinas Hidrelétricas de Jupia e Porto Primavera, autorizadas pelo Ministério de Minas e Energia recentemente, e a flexibilização da operação dos reservatórios do Rio São Francisco.

● **Custo**
R\$ 6,243

é o valor a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos na bandeira tarifária 2, em vigor neste mês. Em proposta apresentada em março, a Aneel definiu inicialmente um reajuste de 21% para esse patamar.



Secou. Vista das Cataratas do Iguaçu em imagens feitas em abril deste ano (1ª foto) e ontem

Falta de chuvas muda paisagem nas Cataratas do Iguaçu

● A falta de chuvas mudou o cenário das Cataratas do Iguaçu, em Foz de Iguaçu (PR). O maior conjunto de quedas d'água do mundo se transformou em pequenos filetes em meio aos imensos paredões do local. A vazão média registrada na terça-feira foi de 400 mil litros por segundo, o que representa pouco mais de um quarto do volume normal, conforme

dados da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Além de alterar a paisagem, a estiagem também vem prejudicando a produção de energia, já que o leito do Rio Iguaçu conta com seis usinas hidrelétricas ao longo de seu curso, que atravessa todo o Estado.

Em outro ponto de Foz de Iguaçu, na fronteira com Cidade de Leste (Paraguai), o Rio Paraná está 92,26 metros acima do nível do mar. Em períodos normais, a cota passa de 105 metros. Com a seca, a Ilha de Acaray, conhecida como Ilha das Cobras (localizada próximo à Ponte da Amizade)

– que antes era cercada de água –, aparece agora isolada na paisagem, apenas rodeada por pequenas quantidades de água e grandes bancos de terra.

A economia, sobretudo o turismo, é outra “vítima” da estiagem. A empresa que opera passeios de barco no Parque Nacional do Iguaçu, por exemplo, teve de se reinventar para evitar a suspensão das suas atividades. O jeito foi promover um passeio alternativo com 20 minutos de navegação em trechos mais seguros. / VACY ALVARO, ESPECIAL PARA O ESTADÃO

EMBRAESP
www.embraesp.com.br
contato@embraesp.com.br
(11) 3665 1590
(11) 39913-3023
(11) 99524-5623

GEOEMBRAESP
Lançamentos IMOBILIÁRIOS

- Conheça empreendimentos lançados;
- Compare oportunidades, tipologias e valores;
- Avalie os preços das unidades novas;
- Crie estratégias de vendas para seus negócios;
- Saiba quem são os protagonistas do setor.

Solicite uma apresentação!

Doing Business

EM CADA ESTADO, UM ENTRAVE DIFERENTE

Unidades da Federação impõem dificuldades aos empreendedores, mostra Banco Mundial

Idiana Tomazelli / BRASILIA
Eduardo Laguna / SÃO PAULO

Um raio X do ambiente de negócios no Brasil, divulgado ontem pelo Banco Mundial, mostra que é mais fácil abrir uma empresa no Pará, obter alvarás de construção em Roraima, registrar uma transferência imobiliária em São Paulo, pagar impostos no Espírito Santo e resolver uma disputa comercial em Sergipe.

O resultado do relatório Doing Business Subnacional Brasil 2021 mostra que nenhuma localidade tem hoje todas as boas práticas para incentivar e facilitar a atividade empresarial. Há, no entanto, forte variação do ambiente de negócios entre os 26 Estados e o Distrito Federal. Mesmo os que se destacam em uma frente têm deficiências em outras.

É o caso de São Paulo, que obteve o melhor desempenho geral na facilidade de fazer negócios. Embora tenha ficado em 1.º lugar no registro de transferências imobiliárias, o Estado é o 14.º na abertura de empresas, 15.º

na obtenção de alvarás de construção e 19.º no pagamento de impostos.

Já o Espírito Santo, que lidera na facilidade de pagar impostos, ficou em penúltimo lugar no ranking geral porque teve desempenho aquém dos demais Estados nos outros quesitos avaliados. Os capcabras são o 5.º em registro de propriedades, 9.º em abertura de empresas, 22.º em alvarás de construção e último colocado em execução de contratos.

O relatório do Banco Mundial também mostrou comparações entre os Estados para ilustrar as disparidades entre as regiões. Os custos para se abrir uma empresa, por exemplo, são quase dez vezes mais altos em Mato Grosso do que no Ceará, principalmente por causa dos custos dos alvarás municipais. Abrir um negócio leva 9,5 dias em Minas Gerais e 24,5 dias no Distrito Federal.

Além disso, empresas que precisam resolver uma disputa comercial descobrirão que o processo é mais barato e quase três vezes mais rápido em Sergipe do que no Espírito Santo. Em Roraima, por sua vez, leva-se um terço do tempo observa-

AMBIENTE DE NEGÓCIO

● Estados brasileiros vão bem em alguns quesitos, mas piores em outros. Nenhum lidera em tudo, todos têm deficiências e mesmo os destaques de bom desempenho estão abaixo da média mundial

ESTADO	RANKING GERAL - FACILIDADE DE FAZER NEGÓCIOS	RANKING ABERTURA DE EMPRESAS	OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO	RANKING REGISTRO DE PROPRIEDADES	RANKING PAGAMENTO DE IMPOSTOS	RANKING EXECUÇÃO DE CONTRATOS
SP	1º	14º	15º	16º	19º	3º
MG	2º	12º	3º	12º	17º	8º
RR	3º	25º	11º	11º	18º	5º
PR	4º	2º	7º	14º	4º	12º
RJ	5º	6º	8º	2º	25º	18º
TO	6º	23º	5º	13º	15º	9º
MS	7º	22º	2º	6º	8º	17º
SE	8º	15º	24º	18º	24º	11º
CE	9º	13º	4º	15º	21º	19º
PI	10º	3º	10º	21º	23º	11º
GO	11º	27º	6º	3º	6º	10º
DF	12º	26º	19º	10º	9º	2º
RO	13º	10º	23º	17º	2º	4º
AC	14º	24º	11º	25º	22º	6º
MA	15º	5º	27º	20º	10º	7º
AM	16º	18º	14º	8º	7º	15º
PB	17º	20º	9º	23º	14º	20º
AL	18º	8º	16º	7º	3º	22º
MG	18º	21º	17º	16º	16º	14º
SC	20º	4º	18º	4º	13º	26º
RN	21º	16º	13º	26º	11º	16º
RS	22º	7º	20º	24º	12º	21º
PA	23º	11º	25º	9º	27º	24º
BA	24º	17º	12º	22º	26º	23º
AP	25º	19º	21º	27º	5º	13º
ES	26º	9º	22º	5º	11º	27º
PE	27º	11º	26º	19º	20º	25º

FORNTE: BANCO MUNDIAL

INFORMAÇÃO: OCDE

● Desempenho

124ª

é a posição do Brasil no ranking global dos melhores países em ambientes para os negócios, de acordo com levantamento do Banco Mundial. A lista tem 190 nações no total.

do em Pernambuco para uma empresa obter os alvarás para a construção de um armazém.

Os Estados foram avaliados pelas suas capitais. Para o organismo multilateral, a disparida-

de dos resultados mostra que em todas as localidades há oportunidade de "troca de experiências" para aprimorar o ambiente. "Há exemplos de boas práticas em Estados de todas as regiões, níveis de renda e tamanhos", diz o Banco Mundial no relatório.

Abaixo da média. A especialista em desenvolvimento do setor privado do Banco Mundial, Laura Diniz, afirma que, mesmo os líderes em determinados critérios, ainda estavam abaixo da média de países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE). "Mesmo que replicassem todas as boas práticas do Pará (para abertura de empresas), o Brasil ainda teria desempenho abaixo da OCDE", diz.

Segundo ela, a complexidade de negócios e a burocracia são desafios em todos os Estados. "No Brasil, na média, são necessários 11 procedimentos para abrir negócios." No diagnóstico do Banco Mundial, as principais causas para a complexidade burocrática incluem a falta de coordenação entre as agências envolvidas nos processos e uma implementação desigual e fragmentada dos

programas de reforma.

O desempenho geral nas cinco áreas mostra que fazer negócios é mais fácil em São Paulo, Minas Gerais e Roraima. Isso significa que esses três Estados tendem a ter regulamentação de negócios mais eficiente, ou seja, as empresas conseguem operar com processos mais rápidos, simples e menos custos do que a média nacional.

O relatório foi encomendado pelo governo brasileiro, por meio da Secretaria-Geral da Presidência, e financiado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Ambiente de negócios. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Onyx Lorenzoni, diz que o governo tem como objetivo criar condições para o Brasil se aproximar das 50 primeiras colocações entre os países com melhor ambiente de negócios do mundo. No ranking global, com 190 países, o Brasil ocupa hoje a 124ª posição em termos de ambiente de negócios.

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, afirma que o diagnóstico da situação dos Estados é o "primeiro passo" para avançar na agenda de reformas e aprimorar o ambiente de negócios. "O Brasil precisa desse tipo de inteligência e avaliação. Com as reformas tributária e administrativa e um ambiente de negócios saudável, com novas perspectivas para produzir, gerar renda e empregos, temos uma perspectiva mais favorável quanto ao nosso futuro", afirma Sidney.

Com aporte de R\$ 2 bi, Ebanx mira aquisições

Startup de pagamentos planeja expansão para América Latina e abertura de capital em NY

Fernanda Guimarães
Giovanna Wolf
Mathheus Piovesana

O caixa das fintechs brasileiras não para de receber dinheiro novo. Uma semana depois de o Nubank anunciar uma rodada de investimento de US\$ 750 milhões, a curitibana Ebanx, que atende a gigantes como Spotify, Aléxpress, Shopee e Uber, anunciou ontem que recebeu um cheque de US\$ 430 milhões (R\$ 2 bilhões) do fundo de private equity americano Advent, um dos mais ativos no mercado brasileiro.

O investimento será faturado: US\$ 400 milhões agora e um comprometimento de investimento de outros US\$ 30 milhões no momento da oferta inicial de ações (IPO, pela sigla em inglês) da companhia, estimada para ocorrer em aproximadamente um ano.

Fundado em 2012, o Ebanx ficou conhecido por ajudar plataformas estrangeiras a venderem no Brasil com pagamentos em moeda local. A ideia era apresentar soluções de pagamento para conectar consumi-

dores latino-americanos a empresas globais.

Segundo o presidente executivo do Ebanx, João Del Valle, os novos recursos vão apoiar a trajetória de crescimento da companhia e sua rota de expansão – entre os planos, está na mira da startup atrair talentos e fazer aquisições na América Latina. Apesar de não haver até aqui uma data fechada para o IPO, que ocorrerá nos Estados Unidos, a empresa já está debruçada sobre os preparativos. “Em termos de indicadores financeiros, já preenchemos todos os requisitos”, disse.

O executivo lembrou que a startup, desde sua fundação, se preocupou em buscar os clientes antes de atrair investidores – decisão que garantiu, de longa data, a lucratividade. “Somos uma empresa com saúde financeira e rentável”, disse.

Segundo a Advent, esse foi o maior investimento que a gestora já realizou em uma empresa latino-americana de tecnologia. “O Ebanx é uma das empresas mais impressionantes que conheci nos últimos 20 anos”, disse em nota Mario Malta, sócio do fundo e responsável por



Lá fora. Fintech de Curitiba Ebanx planeja fazer oferta pública de ações na Bolsa Nasdaq

Ação do Banco Inter cai após anúncio de oferta de R\$ 5,5 bi

● O conselho de administração do Banco Inter aprovou a realização de uma oferta primária de ações que poderá movimentar R\$ 5,5 bilhões, segundo fato relevante enviado ontem à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Por causa do anúncio, os papéis do Banco Inter fecharam em queda de 2,73%, a R\$ 62,35.

A operação será liderada pelo Bradesco BBI, com participação

de BTG Pactual, Bank of America, Itaú BBA, JPMorgan e UBS Brasil. O Inter pretende utilizar os recursos da oferta para fortalecer a implementação de seu plano de negócios e acelerar iniciativas estratégicas, com o lançamento de novos produtos por meio de crescimento orgânico e também de potenciais aquisições.

De acordo com Henrique Ester, analista da corretora Guide Investimentos, é normal que o banco vá buscar aumento de capital após a valorização que teve em 2021, de mais de 90%. “Como o Inter tem um modelo de negócio que não gera tanto caixa para

investimentos, é importante se capitalizar em um momento em que não há tantos ruídos, como deve acontecer no fim do ano com a aproximação da eleição.”

De acordo com Virgílio Lage, especialista da Valor Investimentos, a queda das ações de ontem é um movimento normal, pois investidores de curto prazo decidiram aproveitar a operação para realizar alguns lucros. “De olho em um prazo mais longo, a perspectiva continua boa para o Inter, que deve usar esse dinheiro para fortalecer o seu braço de tecnologia”, diz Lage. **BETH MOREIRA e ANDRÉ JANKAVSKI**

investimentos em serviços financeiros na América Latina.

Não foi divulgada qual a avaliação da fintech de Curitiba após o novo recurso. O Ebanx atingiu status de “unicórnio” (ou seja, foi avaliado em mais de US\$ 1 bilhão) em outubro de 2019, após aporte de valor não divulgado do fundo FTV Capital. Desde então, não revelou mais o seu tamanho.

Desde 2015, o Ebanx investe

em um projeto de internacionalização robusto, começando com México, Colômbia, Argentina, Chile, Peru, Uruguai, Bolívia e Equador. Em outubro de 2020, anunciou expansão para cinco novos mercados: Panamá, Costa Rica, República Dominicana, Guatemala e Paraguai.

Para Renan Schaefer, diretor executivo da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), o aporte é um voto de confiança

na expansão internacional das startups brasileiras. “A aceleração do Ebanx só consolida a capacidade que as empresas do País têm de desenvolver soluções tecnológicas competitivas em mercados globais”, afirmou.

Rumo à Bolsa. A exemplo de outras companhias brasileiras do setor de pagamentos, o Ebanx planeja abrir capital nos EUA, possivelmente na Bolsa

de tecnologia Nasdaq – mesmo movimento feito pelas empresas PagSeguro e Stone, avaliadas em US\$ 17,5 bilhões e US\$ 19,8 bilhões, respectivamente.

Segundo dados da empresa de inovação Distrito, as fintechs brasileiras receberam mais de US\$ 1,8 bilhão em aportes ao longo de 2020 – em 2019, o total foi de aproximadamente US\$ 1 bilhão. É o setor mais forte do ecossistema de inovação brasileiro: no ano passado, as fintechs receberam mais da metade do volume total investido em startups brasileiras nesse mercado. O potencial é muito grande para as fintechs que estiverem bem posicionadas e preparadas para resolver as dores desse setor”, afirmou Schaefer, da ABFintechs.

Além disso, com o fortalecimento do mercado de fintechs, também se acirra a competição no setor financeiro brasileiro, disse Newton Campos, pesquisador do Centro de Estudos em Private Equity da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Essas startups, apoiadas por fundos cada vez mais gordos”, disse.

Cheques gigantes. O novo aporte do Ebanx é o quinto maior já realizado em startups da América Latina, segundo a Distrito. O Nubank lidera o ranking com a rodada de US\$ 1,15 bilhão, fechada na semana passada. Em seguida, vêm a startup colombiana de entregas Rappi e a brasileira Loft, que levantaram, respectivamente, US\$ 1 bilhão e US\$ 525 milhões. Americana de carros usados Kavak ocupa o quarto lugar da lista, com aporte de US\$ 485 milhões. Desse, apenas o da Rappi não aconteceu em 2021.

Além dos aportes do Nubank e da Loft, a startup de entregas Loggi levantou investimento de US\$ 212 milhões em fevereiro, mirando expansão nacional. Em maio, o QuintaAndar recebeu US\$ 300 milhões, de olho na disputa pelo mercado imobiliário e com plano de entrar no México.

16/06/2021

Relator inclui nepotismo como ato de improbidade, com prescrição em 8 anos

Deputado também inseriu dispositivo que proíbe publicidade que personalize programas públicos

Danielle Brant

BRASÍLIA O relator na Câmara dos Deputados do projeto que atualiza a Lei de Improbidade manteve o artigo que trata dos atos que atentam contra os princípios da administração pública e incluiu entre as ações o nepotismo e a prática de publicidade que personalize programas ou serviços de órgãos públicos.

O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) também inseriu dispositivo que exige que se comprove objetivamente a prática da ilegalidade de no exercício da função pública, "indicando-se as normas constitucionais, legais ou infralegais violadas".

O texto, de autoria do deputado Roberto de Lucena (Podemos SP), deve ser votado nesta quarta (16) pelos deputados no plenário, após decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que retirou o projeto da comissão especial em que tramitava. A urgência foi aprovada nesta terça-feira (15) por 369 votos a 30.

Zarattini ainda aguarda a apresentação de emendas para emitir um parecer sobre as propostas de alteração. Se aprovado na Câmara, segue para avaliação do Senado.

O deputado afirma que o relatório é fruto de debates com juristas, promotores, advogados e acadêmicos. "Buscamos sintetizar essas opiniões e atualizar essa lei fundamental para o combate à corrupção no Brasil", afirma.

A Lei de Improbidade foi promulgada em 1992 em meio às denúncias de corrupção no governo Collor (1990-1992), com o objetivo de penalizar na área cível agentes públicos envolvidos em desvios.

O principal problema apontado pelos críticos é que as regras atuais deixam uma ampla margem de interpretação sobre o que é um ato de improbidade. Ao longo de quase 30 anos, alguns promotores e procuradores passaram a considerar erros administrativos de prefeitos como enquadráveis na Lei de Improbidade.

Em seu relatório, Zarattini faz alterações no artigo 11 da lei, que trata dos atos que atentam contra os princípios da administração pública. Ele revogou quatro dispositivos, entre eles o que considera improbidade "praticar ato visando fim proibido em lei" e "transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio



Carlos Zarattini participa de audiência pública em Vitoria, 12.nov.2019 /Divulgação Câmara dos Deputados

“ Buscamos sintetizar essas opiniões [de juristas, promotores, advogados e acadêmicos] e atualizar essa lei fundamental para o combate à corrupção no Brasil

Carlos Zarattini (PT-SP) deputado federal, relator na Câmara dos Deputados do projeto que atualiza a Lei de Improbidade Administrativa

ou instrumento congênere".

Entre os acréscimos, inseriu dispositivo que diz ser ato de improbidade "nomear ou designar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, apenas em razão do parentesco ou afinidade, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas".

As nomeações ou designações proibidas incluem cargo ou emprego público sem aprovação em concurso ou violação do ordem de classificação e para função de confiança ou cargo em comissão, sem que o nomeado seja capacitado.

Também acrescentou dispositivo que inclui entre os atos de improbidade praticar, na administração pública e com recursos públicos, ato de publicidade que contrarie a Constituição e que promova "inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, programas, obras, serviços ou campanhas dos órgãos públicos".

O texto prevê que a improbidade só será considerada quando ficar "comprovado o fim de obter um proveito ou benefício indevido para si mesmo ou para outra pessoa ou entidade". Para serem considerados

improbidade, os atos "exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, para serem passíveis de sancionamento, e independentemente do reconhecimento da produção de danos ao Erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos".

O relator também define que a improbidade é caracterizada mediante prática de ato intencional, excluindo as ações ou omissões culposas.

Em outro artigo, ele indica que o mero exercício da função pública, "sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa".

O parecer indica que sócios, cotistas, diretores e colaboradores de empresa privada "não respondem pelo ato de improbidade" que venha a ser imputado à companhia, "salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, hipótese em que responderão nos limites da sua participação".

Zarattini faz alterações nos dispositivos que tratam das penas. Nos atos que envolvem enriquecimento ilícito, amplia a suspensão dos direitos políticos para 14 anos — na lei atual, é de 8 a 10 anos.

Nas penas para improbidade que causam prejuízo

ao erário, a suspensão dos direitos políticos passa de 5 a 8 anos para até 12 anos.

Sobre os atos que atentam contra a administração pública, a multa civil cai de até 100 vezes o valor da remuneração recebida para até 24 vezes. A proibição de contratação com poder público passa do prazo de 3 para 4 anos. No entanto, nos três dispositivos, Zarattini contemplou a possibilidade de multa ser aumentada até o dobro se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor da penalidade calculada no projeto seria ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.

As sanções só poderão ser executadas com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Zarattini estipula que a ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar os que têm menor liquidez. Somente na ausência é que será possível o bloqueio de contas bancárias, "de forma a garantir a subsistência do acusado ao longo do processo".

O relator também passou a prever que o Ministério Público possa celebrar acordo de não persecução cível, desde que isso implique no ressarcimento integral do dano e na reversão, a quem for lesado, da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

Ele determinou que a sentença proferida nos processos de improbidade deve indicar precisamente os fundamentos que demonstrem o ato praticado, "que não podem ser presumidos".

A pena deverá considerar "as consequências práticas da decisão, sempre que decidir com base em valores jurídicos abstratos" e "os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo".

O parecer deixa claro que a ilegalidade, sem a presença de dolo, não configura ato de improbidade.

Sobre a prescrição, a lei atual prevê que as ações poderão ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança, dentro do prazo prescricional previsto em lei específica ou até cinco anos após a apresentação à administração pública da prestação de contas final.

Zarattini estabelece a prescrição em oito anos "a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência".

Dá ainda 180 dias corridos para que o inquérito civil para apuração do ato de improbidade seja concluído, "podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante fundamentada justificativa".

Depois disso, caso não se opte pelo arquivamento, a ação deverá ser proposta em até 30 dias.

O que pode mudar na Lei de Improbidade

DESCRIÇÃO DOS ATOS DE IMPROBIDADE

Como está hoje O texto da lei é muito genérico sobre as situações que podem configurar improbidade, deixando margem para que até decisões e erros administrativos sejam enquadrados na legislação.

O que pode mudar

O projeto de lei traz definições mais precisas sobre as hipóteses de improbidade e prevê que não configura improbidade a ação ou omissão decorrente da divergência interpretativa da lei.

FORMA CULPOSA DE IMPROBIDADE

Como está hoje

A lei estabelece que atos culposos, em que houve imprudência, negligência ou imperícia podem ser objeto de punição.

O que pode mudar

Proposta deixa na lei apenas a modalidade dolosa (situações nas quais houve intenção de praticar a conduta prejudicial à administração). Medida deve promover redução significativa nas punições, pois é muito mais difícil apresentar à Justiça provas de que o agente público agiu conscientemente para violar a lei.

ACORDO JUDICIAL

Como está hoje Lei proíbe expressamente a realização de acordo judicial.

O que pode mudar

O texto do projeto de lei estabelece a possibilidade de um tipo de conciliação entre as partes, tecnicamente chamado de acordo de não persecução cível.

TITULAR DA AÇÃO

Como está hoje

O Ministério Público e outros órgãos públicos, como a AGU (Advocacia-Geral da União) e as procuradorias municipais podem apresentar as ações de improbidade à Justiça.

O que pode mudar

O Ministério Público terá exclusividade para a propositura das ações segundo a proposta em trâmite na Câmara dos Deputados.

Energia cara põe pressão no Copom por aperto maior nos juros

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A crise de abastecimento de energia —e seus impactos sobre a inflação— é mais um fator que deve levar o Banco Central a sinalizar nesta quarta-feira (16) um aumento mais forte da taxa básica de juros neste ano. Somente a mudança de patamar da bandeira tarifária para vermelha 1, em maio, já representou um aumento de 6,5% na conta de luz. A alteração para vermelha 2, em junho, e a correção dessa taxa extra em cerca de 20% a partir de julho, para contemplar o uso maior de termelétricas, deve representar alta de mais 5% para os consumidores, segundo cálculos da FGV. A expectativa praticamente unânime do mercado é que o Copom (Comitê de Política Monetária) anuncie nes-

ta quarta um aumento da taxa Selic de 3,5% para 4,25% ao ano. Essa é a estimativa dos 33 economistas consultados pela agência Bloomberg e também a mediana das projeções da pesquisa Focus do BC.

Em maio, o Comitê aumentou os juros em 0,75 ponto percentual e afirmou que deveria fazer outro ajuste da mesma magnitude em junho.

Embora alguns analistas não descartem um aumento de um ponto percentual agora, a avaliação é que o mais importante é uma sinalização do BC de que a alta da inflação demanda o fim do estímulo monetário adotado durante a pandemia. Para isso, a taxa teria de voltar ao patamar neutro, próximo de 6,5% ao ano.

No seu encontro mais recente, a instituição afirmou que avaliava como "apropriada uma normalização parcial

da taxa de juros, com a manutenção de algum estímulo monetário ao longo do processo de recuperação econômica". Essa avaliação deve mudar.

Mauro Morelli, estrategista-chefe da Davos Investimentos, afirma que o BC deve tirar a menção à normalização parcial e que pode sinalizar com uma normalização total ou deixar a questão em aberto, dependendo da evolução dos dados. "Essa discussão é até mais importante do que o aumento ser de 0,75 ou 1 [ponto percentual]", afirma.

"A questão é mais a perspectiva do que o BC tem a dizer sobre o futuro do que o que ele vai fazer no presente. Não vejo uma mudança de postura agora a curto prazo tão extrema", diz Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset. Em relatório, o banco Goldman Sachs também afirma

que espera uma alta de 0,75 ponto percentual, com indicação de outra alta da mesma magnitude na reunião de agosto, e um ajuste no comunicado eliminando a referência à normalização parcial da política monetária.

A Sicredi Asset é uma das poucas instituições que dizem que o Copom já deveria elevar a Selic em 1 ponto percentual agora. Para a gestora, em meio a surpresas de atividade e inflação, o BC deveria acelerar o ritmo de ajuste da taxa de juros para demonstrar claramente sua disposição em controlar os preços e manter o compromisso com a meta de inflação.

De acordo com a economista do Itaú Unibanco Júlia Passabom, o impacto da energia no IPCA, índice de preços ao consumidor que serve como meta de inflação, dependerá

do desenrolar da crise hídrica e da bandeira que estará em vigor no final do ano.

Ela estima que a bandeira deve passar para vermelha 1 em dezembro, o que representará um alívio na conta de luz na comparação com a vermelha 2 do final de 2020, mesmo com o reajuste dos valores da

taxa extra proposto pela Ancel (Agência Nacional de Energia Elétrica) na consulta pública.

Nesta terça-feira (15), a agência afirmou que o reajuste das bandeiras deve superar os cerca de 20% propostos na consulta, devido ao uso maior de termelétricas, mas os valores ainda não estão definidos.

Passabom estima que o aumento total da energia fique em 5,5% neste ano, considerando também o reajuste anual das distribuidoras.

"No fim das contas, importa sempre a bandeira que você te-

ve em dezembro de cada ano para o IPCA do ano fechado."

O economista André Braz, do FGV Ibre, afirma que uma bandeira vermelha 2 reajustada em vigor no final do ano traria um impacto de 0,40 ponto percentual no IPCA, mas que a volta das chuvas pode reduzir esse valor.

Ainda assim, será necessário observar o impacto indireto da alta da energia ao longo do ano sobre atividade industrial e a prestação de serviços, o que pode ter repercussões no índice de preços no próximo ano. "Vai ser mais um desafio em relação ao cumprimento da meta em 2022", afirma.

A meta de inflação deste ano é de 3,75%, com limite de tolerância de 5,25%. Para 2022, a meta é de 3,50%, com limite de 5%. As projeções do Focus apontam um IPCA de 5,82% neste ano e 3,78% no próximo.

16/06/2021

Conta de luz deve subir com reajuste acima de 20% na bandeira vermelha

Com seca nos reservatórios, governo vai acionar mais usinas termelétricas, que são mais caras, e sobretaxa deve ter aumento

Thiago Resende

BRASÍLIA O diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), André Pepitone, disse nesta terça (15) que a bandeira vermelha, a mais cara cobrada sobre a conta de luz, deverá subir mais de 20%.

Em meio ao baixo nível dos reservatórios de água, usinas térmicas são acionadas, e isso afeta o consumidor via bandeira tarifária cobrada sobre a conta de luz. Em junho, já está vigente a vermelha nível 2, a mais cara, que cobra R\$ 6,24 por cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos.

A agência discutia elevar essa cobrança para R\$ 7,57 a cada 100 kWh. "Mas, com certeza, deve superar isso", declarou Pepitone em audiência pública na comissão de Minas e Energia da Câmara para discutir a crise hídrica.

Ele afirmou ainda que a decisão deverá ser comunicada em junho. Pepitone ressaltou que o aumento se deve ao pagamento do uso das



Não teremos nenhum problema de energia ou de potência ao final de novembro de 2021, quando começa a estação chuvosa

Luiz Carlos Ciochi
diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)

usinas térmicas, cuja geração de energia é mais cara.

O acionamento das usinas termelétricas deverá gerar um custo adicional de R\$ 8,99 bilhões neste ano. Desse total, R\$ 4,3 bilhões já foram gastos até abril.

"Isso vai ter um impacto na tarifa de 5%", disse Pepitone. Parte desse custo será transferida para 2022, mas os consumidores livres já pagarão em 2021.

Durante o debate, o diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Luiz Carlos Ciochi, disse que estão sendo adotadas medidas para que não haja risco de racionamento de energia neste ano.

"Não teremos nenhum problema de energia ou de potência ao final de novembro de 2021, quando começa a estação chuvosa", afirmou Ciochi.

Apesar de reconhecer que a situação é preocupante, ele apresentou as ações contra o risco de apagão. Entre elas, a flexibilização de restrições hi-

dráulicas nas bacias dos rios São Francisco e Paraná; aumento da geração térmica e da garantia do suprimento de combustível para essas usinas; aumento da importação de energia da Argentina e do Uruguai, antecipação obras de transmissão, além de campanha de uso consciente da água e da energia.

Diante da crise hídrica, o governo prepara uma medida provisória. O plano prevê dar plenos poderes a um grupo interministerial de monitoramento da crise hídrica para que ele decida sobre a vazão de água nos reservatórios das hidrelétricas.

Hoje, esse papel cabe à ANA (Agência Nacional de Águas) e ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

O governo também quer um programa de deslocamento do consumo de energia nos horários de pico. A medida pode começar em julho e incluir consumidores residenciais, além da indústria.

Governo avalia dar verba para órfãos da Covid

Crianças e adolescentes que perderam pais ou responsáveis para a doença poderão ter benefício de até R\$ 250 ao mês

Bernardo Caram

BRASÍLIA Como parte do plano de reformulação do Bolsa Família, o governo avalia criar uma assistência destinada a crianças e adolescentes que ficaram órfãos em razão da Covid-19. O valor do benefício pode chegar a R\$ 250.

A ideia em discussão prevê repassar os recursos a jovens que perderam pais ou responsáveis por morte de Covid-19. O benefício seria válido só para pessoas de baixa renda incluídas no Bolsa Família.

A medida foi desenhada pelo Ministério da Cidadania e faz parte dos estudos inter-

nos para o novo Bolsa Família. Segundo relatos, o plano ainda está em discussão e não há decisão dos ministérios. Por isso, pode ser alterada. Após finalização, a medida será apresentada ao presidente Jair Bolsonaro.

A informação foi publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada à **Folha** por integrantes do governo que participam das discussões.

O custo total da assistência dependerá do número de órfãos no Bolsa Família. Segundo um membro do governo, o benefício deverá ser pago para cada jovem que se encaixa na regra. Ou seja, para uma fami-

lia com quatro irmãos que perderam o pai para a Covid-19, por exemplo, o governo deve pagar quatro benefícios. Pelo desenho feito pela pasta, esses jovens poderão receber a assistência até os 18 anos de idade.

O objetivo da medida é minimizar os efeitos negativos da pandemia na área social, que amplia a desigualdade e a eleva a pobreza.

Antes de reformular o Bolsa Família, a ideia é que o governo oficialize a prorrogação do auxílio emergencial por mais três meses, com encerramento em outubro. A rodada atual se encerra em julho.

Em seguida, o Ministério da

Cidadania pretende apresentar a reformulação do Bolsa Família. De acordo com uma fonte que acompanha a formulação, o programa passará por uma reestruturação ampla e mudará de nome. As opções até agora são Renda Brasil ou Renda Cidadã, mas esse ponto também não está definido.

A pasta finaliza projeções para ampliar o público atendido e o valor dos benefícios. Bolsonaro quer que o valor médio por família passe dos atuais R\$ 190 para R\$ 250.

Em relação ao público, o cadastro do Bolsa Família considerava, desde 2018, em extrema pobreza pessoas com renda

mensal de R\$ 89 por membro da família, e rendimentos entre R\$ 89,01 e R\$ 178 são classificados como situação de pobreza. É possível acessar o programa mesmo sem filhos.

O valor máximo do rendimento para enquadramento no programa deve subir para R\$ 190, mas esse reajuste fica abaixo da inflação do período. Para compensar a alta dos preços, o teto de renda por pessoa da família deveria subir para mais de R\$ 201 por mês.

O ministro João Roma (Cidadania) se reuniu com Bolsonaro para discutir o programa social e tem conversa com Paulo Guedes (Economia). A

data de envio da proposta não está fechada, mas a pasta quer apresentar o novo programa até meados de julho.

Além de reformular o Bolsa Família, o Ministério da Cidadania trabalha para fortalecer o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que também deve ganhar novo nome. A ideia é comprar mais de produtores familiares inscritos no Cadastro Único (base de dados de programas sociais) e repassar esses alimentos à população de baixa renda.

Também está nos planos inserir no programa um benefício variável de desempenho escolar e esportivo.

SP, Minas e Roraima lideram ranking de ambiente de negócios

Processos, no entanto, são mais burocráticos que na OCDE e na média da América Latina e dos Brics em todos os estados

Douglas Gavras

SÃO PAULO O Brasil ainda fica bem atrás do resto do mundo ao se comparar o ambiente de negócios, de acordo com o Banco Mundial, e, entre os estados brasileiros, as diferenças também pesam: se em Minas Gerais uma empresa é aberta em menos de dez dias, é preciso quase 25 para fazer o mesmo no Distrito Federal.

O relatório Doing Business Subnacional Brasil, divulgado nesta terça-feira (15), faz uma análise da regulamentação das atividades de pequenos e médios negócios, nas áreas de abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, registro de propriedades e pagamento de impostos.

Essa é a primeira vez que o estudo compara todos os estados e o Distrito Federal nessas áreas. Em 2005, a instituição fez um estudo subnacional que mediu 12 estados,

mas a metodologia evoluiu e as áreas não eram as mesmas.

Em cada uma dessas áreas, o documento destaca obstáculos burocráticos para os empreendedores e boas práticas que contribuem para a facilidade de fazer negócios nos diferentes estados do Brasil.

São considerados os pagamentos de impostos de uma empresa de porte médio, o tempo para cumprir as obrigações fiscais, a carga tributária total e o índice pós-declaração, além do tempo e do custo para resolver litígios comerciais e para construir e transferir um imóvel.

Em todas as áreas, os processos no Brasil são burocráticos, deixando o desempenho do país abaixo das economias da OCDE (conhecido como o "clube dos países ricos", onde o Brasil tenta uma vaga), da média da América Latina e dos Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Laura Sagnori Diniz, analista da instituição, lembra que, no Brasil, em média, são necessários 11 procedimentos para abrir um negócio. E mesmo os estados com melhor desempenho ainda estão abaixo das médias internacionais.

Em vez de se concentrar na expansão dos negócios, os empresários brasileiros acabam gastando energia para cumprir essas exigências. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, um empreendedor leva duas semanas para abrir uma empresa e 200 dias para conseguir um alvará para um armazém.

São Paulo, Minas e Roraima têm os melhores desempenhos, mas nenhum estado atinge uma performance considerada ideal. O Pará é onde é mais fácil abrir uma empresa, São Paulo é o mais rápido para registro de propriedades, e o Espírito Santo é o lugar onde é mais fácil pagar impostos.

"Em todos os estados há espaço para melhorar e é ne-

Dificuldade de negócios

Complexidade de processos (em número de procedimentos)



Ranking dos melhores estados para fazer negócios

Pontuação até 100

Classificação geral	Abertura de empresas	Pagamento de impostos
SP 59,1	PA 84,7	ES 34,9
MG 58,3	PR 84,5	RO 34,5
RR 58,3	PI 84,5	AL 34,5
PR 57,3	SC 83,9	PR 34,4
RJ 57,1	MA 83,4	GO 34,4
TO 56,8	RJ 83,2	AP 34,4
MS 56,7	RS 83	MS 34,3
SE 56,3	AL 82,8	DF 34,3
CE 56,3	ES 82,5	AM 34,3
PI 56,0	RO 82,2	TO 34,2
GO 55,9	PE 82,1	MA 34,2
DF 55,8	MG 82	SC 34,2
RO 55,5	CE 82	RN 34,2
AC 54,9	SP 81,7	RS 34,2
MA 54,4	SE 81,5	PB 34,1
AM 54,4	RN 80,4	MT 34,1
PB 53,9	BA 79,6	MG 34
AL 53,8	AM 79,5	RR 34
MT 53,5	AP 79,5	SP 33,9
SC 53,2	PB 79,1	CE 33,9
RN 53,1	MT 78	PE 33,9
RS 52,9	TO 77,8	PI 33,8
PA 52,7	MS 77,8	AC 33,8
BA 52,5	AC 77,6	RJ 33,7
AP 52,3	RR 76,9	SE 33,7
ES 51,7	DF 75,9	BA 33,2
PE 51,0	GO 72,2	PA 33

Fonte: Banco Mundial.

cessário olhar para boas práticas internacionais. Mesmo se todos replicassem o Pará no tempo gasto para abrir empresas, por exemplo, o Brasil ainda teria um desempenho pior que a média dos países da OCDE", afirma Diniz.

Há também uma forte variação no tempo de abertura de empresas, que leva 9,5 dias em Minas e 24,5 no Distrito Federal, diz o analista do Banco Mundial Erick Tjong. O custo para abertura também varia: em Mato Grosso ele chega a ser dez vezes mais alto que no Ceará, sobretudo devido aos custos de alvará.

Ao olhar para o pagamento de impostos, o desempenho não varia tanto, pois a maior parte (40,9%) dos tributos é federal. Só que o custo administrativo para pagamento de impostos também é alto no Brasil, e as empresas precisam fazer entre 9 e 12 pagamentos de tributos por ano.

Mas, se por um lado o consumo do tempo produtivo das empresas brasileiras para cumprir burocracias e ultrapassar gargalos ainda é um dos principais problemas, por outro há boas práticas acontecendo pelo país, e a pandemia acabou acelerando a transição para serviços virtuais.

O estudo foi produzido pelo Banco Mundial, sob encomenda da Secretaria-Geral da Presidência, com apoio da CNC (Confederação Nacional de Bens, Comércio e Turismo), da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Fintechs financiam painel solar via economia na conta de luz

Avanço da geração de energia distribuída impulsiona novo nicho de startups

Filipe Oliveira

SÃO PAULO O avanço do mercado de painéis solares para casas e pequenos comércios fez surgir um nicho de startups e fintechs especializadas em financiamento dos equipamentos.

Uma das propostas dessas empresas é alongar os prazos de pagamento dos sistemas para que, com parcelas pequenas, seja possível que o financiamento dos painéis seja pago mês a mês com o valor economizado na conta de luz, o que pode ganhar mais apelo em momento de crise hídrica e aumento de preço da energia.

Segundo Camila Ramos, diretora da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), as novas empresas trazem mais agilidade ao mercado com o uso de ferramentas digitais para negociação e fechamento de contratos e usam critérios técnicos na hora de avaliar o risco de conceder o crédito.

Ramos diz que o mercado conta hoje com mais de 70 linhas de crédito para o financiamento de painéis solares, incluindo as de fintechs e de grandes bancos.

De acordo com a associação, foram instalados 207,7 mil sistemas para geração solar distribuída em 2020, ante 122,6 mil no ano anterior. No total, o Brasil conta com mais de 508 mil dessas instalações.

Uma das companhias novas nesse setor é a Solfácil. Fabio Carrara, fundador da fintech, afirma que ela vem emprestando R\$ 50 milhões ao mês para 2.000 novas instalações. O prazo de pagamento pode chegar a até dez anos.

O empresário diz que é importante que empresas especializadas financiem o crescimento do setor de energia solar porque é preciso conhecimento técnico para decidir para qual consumidor emprestar: "O risco dessa operação não está no cliente, está no projeto".

A ideia é que, se o painel gera economia para o cliente, ele paga em dia. O empresário diz pensar seu negócio mais como uma plataforma para quem quer investir do que de crédito.

A distribuição do crédito é feita, na maioria das vezes, por indicação dos instaladores. São 5.000 parceiros da companhia, diz Carrara.

A Solfácil levantou R\$ 21 milhões em 2020 em operação com a maior parte dos recursos vindo do Valor Capital Group no ano passado. Também emite debêntures para ter recursos para emprestar a seus clientes.

A Holu, startup que tem como sócia uma empresa norueguesa do setor, a Otovo, criou um mecanismo de financiamento que dá desconto ao cliente quando a radiação solar e a geração de energia ficam abaixo do esperado.

+
ADVENT
INVESTE
R\$ 2,1 BI
NA EBANX
Os fundos geridos pela Advent International vão investir US\$430 milhões (R\$ 2,1 bilhões) na empresa de pagamentos brasileira Ebanx, financiando seu crescimento na América Latina antes de um IPO (oferta pública inicial de ações) planejado para os próximos meses, disse o presidente-executivo da startup, João Del Valle, nesta terça (15). Segundo ele, a empresa planeja usar os recursos em aquisições para expandir ainda mais as operações da companhia em países como México, Colômbia e Argentina.

"Queríamos ter um produto em que, de fato, o cliente não precisasse investir nenhum real", diz Rodrigo Freire, presidente da startup.

No serviço da companhia, clientes indicam seu endereço e quanto gastam de energia. A partir desses dados, fornecedores cadastrados na plataforma da empresa enviam automaticamente propostas que podem interessar ao cliente.

A startup permite que o consumidor compare online opções de crédito próprias e de terceiros na hora de instalar um painel solar.

Outro formato testado pelo mercado é o de aluguel de painéis, em vez da compra. A opção é oferecida pela Solar21, startup que está finalizando captação na plataforma de financiamento coletivo SMU com cerca de R\$ 2 milhões recebidos de investidores.

O modelo é oferecido a consumidores que gostariam de instalar um painel solar, mas não têm recursos para o investimento inicial. A companhia também se responsabiliza pela manutenção dos painéis, diz Vinicius Ferraz, fundador da empresa.

Como exemplo, ele estima que um cliente que gastaria R\$ 25 mil com a instalação das placas e paga conta mensal de R\$ 500 poderia conseguir assinar um sistema pagando aluguel de R\$ 300 ao mês.

O cancelamento do uso do sistema, caso necessário, também é rápido, diz Ferraz. A opção pode servir para quem mora de aluguel ou precisa mudar, mas há taxa para interromper o contrato antes do previsto.

A fintech Meu Financiamento Solar nasceu em 2020 de um desmembramento do Portal Solar, empresa do setor que reúne conteúdo e informações sobre fornecedores do mercado.

A startup tem o Banco BV (antigo Banco Votorantim) como investidor e parceiro para fornecer os recursos aos clientes. A companhia faz 10 mil financiamentos por mês, diz Rodolfo Meyer, seu presidente. O Meu Financiamento Solar também recebe 600 cadastros de novos instaladores a cada 30 dias.

O volume crescente de pessoas atuando no mercado como instaladores abriu espaço para a criação de uma fintech especializada no atendimento a eles.

A Edmond tem entre seus serviços sistema para que o integrador tenha conta digital, receba via cartão de crédito, antecipe recebíveis e faça pedidos e pagamentos a distribuidores. "São quase 20 mil integradores, a maior parte empresas com menos de cinco pessoas que não conseguem abrir conta em bancos tradicionais ou arcam com muitas taxas", diz Jackson Chirrollo, presidente da empresa.

GRÁFICOS

VEÍCULOS

